

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---	---

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
2.3 - Outras informações relevantes	3

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	4
3.2 - Medições não contábeis	5
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	6
3.4 - Política de destinação dos resultados	7
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	8
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	9
3.7 - Nível de endividamento	10
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	11
3.9 - Outras informações relevantes	12

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	13
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	15
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	16
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	17
4.5 - Processos sigilosos relevantes	18
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	19
4.7 - Outras contingências relevantes	21
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	22

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	23
--	----

Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	24
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	29
5.4 - Outras informações relevantes	30
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	31
6.3 - Breve histórico	32
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	35
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	36
6.7 - Outras informações relevantes	37
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	38
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	39
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	40
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	43
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	44
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	46
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	47
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	48
7.9 - Outras informações relevantes	49
8. Grupo econômico	
8.1 - Descrição do Grupo Econômico	50
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	51
8.3 - Operações de reestruturação	52
8.4 - Outras informações relevantes	53
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	54
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	55

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	56
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	57
9.2 - Outras informações relevantes	58
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	59
10.2 - Resultado operacional e financeiro	71
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	73
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	74
10.5 - Políticas contábeis críticas	81
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	87
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	88
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	89
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	90
10.10 - Plano de negócios	91
10.11 - Outros fatores com influência relevante	92
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	93
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	94
12. Assembleia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	95
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	98
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	99
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	100
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	102
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	103
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	106
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	107

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	108
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	114
12.12 - Outras informações relevantes	115

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	116
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	119
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	122
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	125
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	126
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	127
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	128
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	129
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	130
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	131
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	132
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	133
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	134
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	135
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	136
13.16 - Outras informações relevantes	137

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	138
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	140
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	141

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	149
15. Controle	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	150
15.3 - Distribuição de capital	156
15.4 - Organograma dos acionistas	157
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	158
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	159
15.7 - Outras informações relevantes	160
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	161
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	162
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	164
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	165
17.2 - Aumentos do capital social	166
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	167
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	168
17.5 - Outras informações relevantes	169
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	170
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	171
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	172
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	173
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	174
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	176

Índice

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	177
18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	178
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	179
18.10 - Outras informações relevantes	180
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	181
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	182
19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	183
19.4 - Outras informações relevantes	184
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	185
20.2 - Outras informações relevantes	186
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	187
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	190
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	194
21.4 - Outras informações relevantes	195
22. Negócios extraordinários	
22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	196
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	197
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	198
22.4 - Outras informações relevantes	199

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Robert Max Mangels

Cargo do responsável

Diretor Presidente/Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S/S
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Período de prestação de serviço	01/01/2010
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações financeiras anuais e revisões das informações trimestrais (ITRs), preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	421.441,34
Justificativa da substituição	A empresa de Auditoria Pricewaterhousecoopers foi substituída pois o prazo de 05 anos de prestação de serviço expirou.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Sem ressalvas.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Sérgio Citeroni	01/01/2010	042.300.688-67	Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1830, Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-900, Telefone (11) 25733309, Fax (11) 21735778

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2012)	Exercício social (31/12/2011)	Exercício social (31/12/2010)
Patrimônio Líquido	27.201.298,07	193.866.352,57	226.863.603,16
Ativo Total	677.717.394,89	835.846.681,22	856.811.756,66
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	645.019.721,79	722.903.167,96	783.276.527,78
Resultado Bruto	65.696.584,92	96.902.410,80	127.702.937,66
Resultado Líquido	-148.897.709,89	-32.601.205,60	21.510.114,56
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	17.349.638	17.349.638	17.348.638
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	1,567831	11,174086	13,075985
Resultado Líquido por Ação	-8,582100	-1,879067	1,240780

3.2 - Medições não contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro:

Informações Consolidadas	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Resultado Operacional Próprio	(92.363.277,83)	12.688.667,17
(+) Depreciação e Amortização	<u>26.947.492,17</u>	<u>25.360.478,35</u>
EBITDA OPERACIONAL	<u>(65.415.785,66)</u>	<u>38.049.145,52</u>

O EBITDA (earnings before interest, taxes, depreciation and amortization, ou lucro antes de juros e despesas financeiras líquidas, impostos, depreciação e amortização) é um indicador financeiro utilizado para avaliar o resultado de empresas sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos contábeis sem reflexo direto no fluxo de caixa da Empresa. O EBITDA é uma informação adicional às demonstrações financeiras da Empresa e não deve ser utilizado em substituição às informações das demonstrações financeiras auditadas.

A Empresa entende que a utilização do EBITDA como medida de desempenho pode ser mais apropriada para a correta compreensão de sua condição financeira e do resultado de suas operações, além de permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta.

A Empresa acredita que o EBITDA retrata seu desempenho sem a influência de fatores ligados, dentre outras coisas, (i) à sua estrutura de capital, como despesas com juros de seu endividamento, flutuações de taxas de juros e outros resultados financeiros, (ii) à sua estrutura tributária, como seu imposto de renda e contribuição social, (iii) à suas despesas com depreciações e amortizações, especialmente as advindas de operações de fusões e aquisições. Estas características, no entendimento da Empresa tornam o EBITDA uma medida mais prática e mais apropriada de seu desempenho, pois afere de forma mais precisa o resultado advindo exclusivamente do desenvolvimento de seus negócios.

O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa a outros indicadores financeiros, como seus fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. A Empresa entende, no entanto, que o EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados fatores, que poderiam afetar, de maneira significativa, o Lucro líquido da Empresa.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Nenhum evento subsequente foi considerado relevante.

A política de destinação dos resultados dos 03 últimos exercícios sociais, 2010, 2011 e 2012, observou o disposto no art.32 do Estatuto Social, que determina que o lucro líquido terá a seguinte destinação:

- a) 5% para o Fundo de Reserva Legal, até atingir 20% do capital social;
- b) dividendo de 25%, no mínimo, do lucro líquido ajustado, nos termos legais;
- c) o saldo destinado a reserva para aumento de capital, até atingir o limite de 80% do capital social;

O art. 6º do Estatuto Social dispõe que ações preferenciais terão as seguintes vantagens:

- a) prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia;
- b) direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária;
- c) participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição das ações bonificadas resultantes da capitalização de reservas, lucros, fundos ou correção monetária de qualquer natureza.

A periodicidade da distribuição de dividendos é anual, e, nos termos do art. 33 do Estatuto Social poderá a Diretoria declarar dividendo intermediário à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Não há restrições à distribuição de dividendos.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2012	Exercício social 31/12/2011	Exercício social 31/12/2010
Lucro líquido ajustado	-148.897.709,89	-32.601.205,60	21.510.114,56
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	0,000000	0,000000	26,680000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	0,000000	0,000000	0,094815
Dividendo distribuído total	0,00	0,00	5.452.580,45
Lucro líquido retido	0,00	0,00	0,00
Data da aprovação da retenção			

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
	0,00		0,00			
Dividendo Obrigatório						
Ordinária					1.829.510,35	20/06/2011
Preferencial					3.623.070,10	20/06/2011

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Não aplicável, pois a empresa não declarou dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios anteriores.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2012	465.398.048,83	Índice de Endividamento	23,91489183	

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Exercício social (31/12/2012)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	12.841.158,89	72.134.417,83	4.101.174,32	4.681.716,06	93.758.467,10
Quirografárias	108.235.712,26	260.462.692,96	2.941.176,50	0,00	371.639.581,72
Total	121.076.871,15	332.597.110,79	7.042.350,82	4.681.716,06	465.398.048,82
Observação					

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na Nota Explicativa 14 da publicação do balanço de 2012.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando

4.1 - Descrição dos fatores de risco

isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Empresa e suas Controladas têm como prática de gestão a análise e monitoramento constante dos riscos aos quais estão expostas e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa. A Administração constantemente monitora as mudanças no cenário econômico, político e setorial que possam influenciar suas atividades, através de acompanhamento dos principais indicadores de desempenho.

A Empresa adota política de foco contínuo na disciplina financeira e na gestão conservadora de caixa.

Atualmente, a Empresa não identifica cenário de aumento ou redução dos riscos mencionados na Seção 4.1.

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais que sejam individualmente relevantes para a Companhia ou suas controladas.

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

Não há processos sigilosos em que a Companhia ou suas controladas sejam parte.

Descrevemos os processos que, quando considerados em conjunto, são relevantes em função do valor envolvido e de acordo com avaliação de nossos assessores legais possuem a classificação de risco de perda como possível e não têm provisões reconhecidas contabilmente.

Estão representados conforme descrito abaixo:

(a) Tributárias

- i) PIS E COFINS - compensações do crédito presumido de IPI referente ao 1º e ao 3º trimestre de 2000 com débitos de PIS e COFINS não homologados pela fiscalização federal, efetuadas no exercício de 2003, no valor de R\$ 3,0 milhões, atualizado até 31 de Dezembro de 2012.
- ii) ICMS – refere-se a auto de infração lavrado pela Secretaria da Fazenda em 19 de maio de 2010 sob o argumento de tributação a menor de material aplicado na industrialização sob encomenda e de créditos extemporâneos indevidos, no montante de R\$ 7,3 milhões, atualizado até 31 de Dezembro de 2012.
- iii) CPMF – compensações de créditos acumulados de IPI no período de 2002 a 2005 com débitos de CPMF. Referem-se a créditos reconhecidos parcialmente pelo Fisco, o qual entendeu que os mesmos seriam insuficientes uma vez que também incluiu aos débitos da CPMF multa de mora. O montante corresponde a R\$ 3,4 milhões, atualizado até 31 de Dezembro de 2012.
- iv) CSLL/IRPJ e outros – Compensações de crédito de PIS/COFINS sobre exportação referente o 1º e 2º trimestres de 2004 com débitos da CSLL/IRPJ e outros, não homologadas pela fiscalização federal por contemplar vendas para a Zona Franca de Manaus. O montante é de R\$ 4,1 milhões, atualizado até 31 de Dezembro de 2012.
- v) Divergência de códigos de Contribuições Retidas; AI/05 de IPI/II Drawback/MG; AI/00 de IRPJ Lucro Inflacionário e compensação de IRRF e outros com saldo credor de IPI/06, não homologadas. A empresa apresentou as respectivas defesas. O montante envolvido é R\$ 979 mil, atualizado até 31 de Dezembro de 2012.

(b) Previdenciárias

- i) INSS e SAT sobre folha de pagamento e multas -Em Novembro de 2007 foi lavrada notificação fiscal de lançamento de débito - NFLD pelo INSS, em razão de recolhimentos a menor de contribuições previdenciárias (INSS, SAT e terceiros) no período de 2002 a 2006. O montante envolvido é de R\$ 3,5 milhões, atualizado até 31 de Dezembro de 2012.
- ii) INSS e Salário Educação - Compensações de Salário Educação com débitos de INSS e Salário Educação no período de Janeiro de 1999 a Fevereiro de 2002, mediante acórdão favorável transitado em julgado, o qual foi rescindido por decisão proferida em Ação Rescisória. A companhia apresentou recurso. O montante envolvido é de R\$ 4,2 milhões, atualizado até 31 de Dezembro de 2012.

(c) Cíveis

A Companhia é parte em quatro ações cíveis, entre as quais três no âmbito da justiça cível e uma na justiça federal, movidas por prestadores de serviços e INSS, referente a pedidos de indenização, perfazendo o montante de R\$ 2,7 milhões, atualizado até 31 de Dezembro de 2012.

(d) Legislação vigente

De acordo com a legislação em vigor no Brasil, os impostos federais, estaduais e municipais e os encargos sociais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades por períodos que variam de 5 a 30 anos. As

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

legislações nos demais países em que as controladas da Companhia operam possuem prazos prescricionais diferenciados.

4.7 Outras contingências relevantes

A Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, não está envolvida em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais, que possam afetar significativamente o seu patrimônio líquido, ou os resultados de suas operações, não havendo assim outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável, pois a Empresa é de origem Brasileira.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

CENÁRIO ECONÔMICO

Em 2012, os problemas econômicos mundiais continuaram intensos, o que significou redução no ritmo do crescimento mundial, com os países emergentes crescendo mais que os avançados, com a Zona do Euro encontrando dificuldades para sair da recessão e os EUA demonstrando um pequeno ritmo de crescimento.

O Brasil está passando por dificuldades com o atual cenário econômico mundial enfraquecido, pois as exportações diminuíram, a produção industrial se mantém fraca e os estímulos do governo não foram suficientes para gerar aumento dos investimentos.

O governo permanece atuante para recuperar a economia, com isso reduziu a taxa de juros, o ICMS interestadual, estendeu a redução do IPI cobrado sobre carros e linha branca e manteve o benefício da desoneração da folha de pagamento sobre a parcela da receita destinada às vendas para as montadoras.

Tais medidas já não surtem os mesmos efeitos de outrora, e a indústria apresentou um fraco desempenho, traduzido em uma baixa utilização da capacidade instalada e registrando PIB industrial negativo de -0,8% e PIB de 0,9%, conforme dados divulgados pelo IBGE.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

Objetivo e abrangência

A Política de Gestão de Riscos de Mercado é parte dos controles internos e da governança corporativa da Empresa.

A Política se aplica às operações da Empresa e suas Controladas.

O Conselho de Administração da Empresa é o órgão promulgador da Política, tendo a prerrogativa de modificá-la ou revogá-la.

A Política define as diretrizes da função de Gestão de Risco de Mercado da Empresa, a estrutura organizacional da função, os papéis e responsabilidades dos órgãos e os fatores de risco.

Objetivos da gestão de riscos de mercado

Os objetivos principais da Gestão de Riscos são:

- (i) Minimizar a probabilidade de exigência inesperada de captações de recursos causados pelos Riscos de Mercado reconhecidos e listados nesta Política, limitando o risco de fluxo de caixa dentro de um horizonte determinado pela Empresa como a janela de oportunidade mínima para deliberação e efetuação de uma captação de recursos.
- (ii) Reduzir a incerteza sobre o fluxo de caixa em qualquer data.

Os objetivos secundários da Gestão de Riscos são sempre em relação aos Riscos de Mercado reconhecidos e listados nesta Política:

- (i) Reduzir as flutuações nos demonstrativos de resultado (EBITDA), de cada período para o seguinte;
- (ii) Minimizar a probabilidade de que as métricas da Empresa violem “*covenants*” assumidos.

Os Objetivos Secundários da Gestão de Riscos serão perseguidos na medida em que não conflitem com o Objetivo Principal.

Estrutura da função de gestão de riscos

A Gestão de Risco de Mercado é o conjunto de controles e ações que visa identificar, mensurar e avaliar os Riscos de Mercado a que a Empresa está sujeita, decidir a resposta da Empresa a tais riscos, seja ela aceitar ou mitigar, e, em caso de mitigação, implementar ações para tanto.

A presente Política de Gestão de Riscos de Mercado é norma aplicável a todas as ações de Gestão de Riscos de Mercado da Empresa.

A Gestão de Risco de Mercado é implementada pelos seguintes órgãos:

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

O **Comitê Trimestral de Gestão de Risco** a se reunir com periodicidade trimestral é constituído por:

- a) Presidente da Empresa
- b) Diretor Financeiro
- c) Gerente de Controladoria
- d) Gerente de Tesouraria

O **Comitê Trimestral de Gestão de Risco** deverá documentar a decisão em Ata, que deve ser circulada por todos os membros, presente ou não.

O **Comitê Trimestral de Gestão de Risco** tem as seguintes atribuições:

- i. Zelar pela conformidade das ações de Gestão de Risco de Mercado com a Política;
- ii. Tomar decisões à luz de cenários econômicos e estratégia futura considerando a incerteza introduzida pelos Riscos de Mercado identificados e elencados nesta Política;
- iii. Programar operações de proteção com instrumentos financeiros e/ou operações comerciais a futuro, determinando o tipo do instrumento, a quantidade, o preço e o prazo das operações;
- iv. Analisar e avaliar a integridade e adequação da função de gestão de risco da Empresa, inclusive os processos administrativos e as estruturas organizacionais;
- v. Propor ao Conselho de Administração, conforme necessário, alterações necessárias à esta Política.

O **Comitê Mensal de Gestão de Risco** a se reunir com periodicidade mensal é constituído por:

- a) Diretor Financeiro
- b) Gerente de Controladoria
- c) Gerente de Tesouraria
- d) Supervisor de Tesouraria

O **Comitê Mensal de Gestão de Risco** tem as seguintes atribuições:

- i. Zelar pela conformidade de suas ações com a Política;
- ii. Programar operações de proteção com instrumentos financeiros e/ou operações comerciais a futuro, determinando o tipo do instrumento, a quantidade, o preço e o prazo das operações;
- iii. Executar estratégias de proteção com instrumentos financeiros e/ou operações comerciais a futuro, cumprindo a programação;
- iv. Prover inteligência de mercado para a tomada de decisões;
- v. Zelar pela correta representação das operações de proteção com instrumentos financeiros nos registros da Empresa;
- vi. Centralizar as informações necessárias para comunicação interna e externa das atividades de Gestão de Riscos.

Fatores de risco

Considerando que a Empresa possui obrigações denominadas ou indexadas ao dólar norte-americano que podem ser contratadas a taxas de juros fixas ou flutuantes, originadas principalmente

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

pela compra de matérias-primas e equipamentos; vende a sua produção predominantemente em reais; acredita que é capaz de administrar seus preços de venda, dependendo das condições econômicas e da indústria, de modo a repassar parcial ou totalmente o impacto das flutuações da taxa de câmbio e commodities (aço, alumínio e zinco) sobre o custo de aquisição dos seus insumos. São definidos como fatores de risco:

- A) Preço de commodity: aço, alumínio e zinco;
- B) Taxa de câmbio dólar/real;
- C) Taxa de juros flutuante Libor.

Exposição a commodities

A Empresa acredita ser capaz de administrar seus preços de venda, dependendo das condições econômicas e da indústria, de modo a repassar parcial ou totalmente o impacto das flutuações das commodities (aço, alumínio e zinco) sobre o custo de aquisição dos seus insumos.

As seguintes estratégias de neutralização de riscos podem ser aplicadas caso o Comitê Trimestral de Risco decida por tanto:

Alumínio: a Empresa, através de contrato particular com os seus fornecedores, poderá utilizar estratégia de fixação de preço para o próximo trimestre. O objetivo do hedge do alumínio é compensar o descasamento de preços de compra e de venda da Divisão Rodas. O Comitê Trimestral de Risco também deve analisar a exposição em USD do alumínio, podendo contratar proteção para esta exposição em um controle separado da Exposição Cambial Líquida.

Aço: a Empresa não perseguirá hedge de aço via derivativos devido à inexistência de contratos derivativos capazes de mitigar o risco.

Zinco: a Empresa acredita que o impacto das variações de preços de zinco são compensadas pelas variações no preço dos produtos vendidos pela Unidade Galvanização, criando um hedge natural. Sob hedge natural, o risco de preço do zinco deixa de ser um fator relevante para ações de mitigação de riscos.

Exposição a taxa de câmbio

A Empresa entende que a taxa de câmbio dólar/real influencia o seu resultado econômico e a sua solvência devido ao descasamento entre vendas realizadas predominantemente em reais e financiamentos atrelados a variação cambial, destinados a compra de insumos e equipamentos, bem como aumento do disponível para financiar seu capital de giro e aplicar o excedente no mercado financeiro local, a juros locais (arbitragem) visando reduzir sua despesa financeira.

A Empresa gerenciará ativamente sua exposição às oscilações da taxa de câmbio dólar/real através da fórmula de Mensuração da Exposição Cambial.

Mensuração da Exposição Cambial

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

A Exposição Cambial Líquida será calculada da seguinte forma:

$$\text{Exposição Cambial Líquida} = \text{Exposição Cambial Bruta} - (\text{Hedges} + \text{Exportação} + \text{Disponibilidades em Moeda Estrangeira})$$

Onde:

Exposição Cambial Bruta: saldo das obrigações cambiais, incluindo principal e juros, contraídas com vencimento dentro de 12 meses que podem ser:

- (i) Dívida em moeda estrangeira;
- (ii) Despesas indexadas ou denominadas em moeda estrangeira.

Hedges: saldos ativos de operações de derivativos indexadas à taxa de câmbio dólar/real (USD).

Exportação: calculado através da multiplicação:

- (i) previsão de exportações;
- (ii) 18 meses,
- (iii) 0.48 que é a porcentagem de dólar livre ("true dollar"). O valor de 48% deverá ser reavaliado periodicamente. O valor de 48% provem da seguinte fórmula:

$$1 - (\text{Participação da Matéria-Prima no CPV} / 1 + (\text{Margem líquida média da Mangels}))$$

Disponibilidades em Moeda Estrangeira: saldo de caixa disponível em moeda estrangeira.

Instrumentos Financeiros

A utilização de instrumentos financeiros para mitigar a Exposição Cambial deve obedecer às regras abaixo:

- Todos os instrumentos devem ser líquidos, permitindo ajustes de posição, ter preços amplamente divulgados e cumprir com as exigências legais do mercado brasileiro;
- Os instrumentos financeiros devem ter alta correlação com o ativo a ser hedgeado;
- A contratação de instrumentos financeiros no balanço da Empresa deve ser assinada pelo Diretor Financeiro ou Presidente ou Gerente de Tesouraria e Diretor Financeiro;
- Caso a contratação dos instrumentos financeiros seja feita através de fundo exclusivo da Empresa, a instituição gestora do fundo deve receber um e-mail do Diretor Financeiro ou do Presidente ou cópia da Ata do Comitê Trimestral de Risco contendo a ordem para contratação ou cancelamento de hedges. A formalização só não será necessária para a rolagem mensal das posições de hedge, de forma que o estoque de hedge não seja alterado;
- São vedadas operações de caráter especulativo com derivativos;
- Se a contraparte escolhida para as operações não for a BM&F Bovespa, a contratação dos instrumentos deve ser feita apenas com os bancos com rating igual ou superior a AA-;

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

- É proibida a contratação de qualquer instrumento financeiro que implique em venda líquida de opções de câmbio. Seriam exceções as opções vendidas a coberto, ou seja, vendidas contra outra opção comprada de strike menor, ou então opções vendidas em estruturas de “collar”, estas constituindo operações seguras;
- É proibida a contratação de operações estruturadas com derivativos embutidos. Todos os derivativos contratados devem ser instrumentos financeiros básicos como swaps, futuros, opções, que são registrados e tratados com transparência, em ambiente de liquidez.

Exposição a taxa de juros

A Empresa através da contratação de dívidas em moeda internacional poderá estar exposta à flutuação das taxas de juros internacionais, sendo que a alta das taxas de juros flutuantes causa um aumento das despesas futuras.

Caso decidido pelo Comitê Trimestral de Risco, a Empresa poderá perseguir a proteção da exposição a taxas de juros flutuantes através da contratação de instrumentos financeiros ou alteração contratual do financiamento, alterando as taxas de flutuantes para fixos.

Instrumentos Financeiros

A utilização de instrumentos financeiros para mitigar a exposição a taxas de juros flutuantes deve obedecer às regras abaixo:

- Todos os instrumentos devem ser líquidos, permitindo ajustes de posição, ter preços amplamente divulgados e cumprir com as exigências legais dos mercados internacionais;
- A contratação dos instrumentos deve ser feita apenas com os bancos com rating igual ou superior a AA-;
- São vedadas operações de caráter especulativo com derivativos;
- Os instrumentos deverão ser swaps de taxas de juros, travas de swap rate (“swap lock”), ou caps de juros;
- Os swaps deverão reproduzir os termos críticos da despesa hedgeada (prazo, taxa benchmark, data de fixação, etc.) de modo a serem qualificáveis como hedge sem inefetividade presumida;
- A contratação de instrumentos financeiros no balanço da Empresa deve ser assinada pelo Diretor Financeiro e Presidente ou Gerente Financeiro e Diretor Financeiro.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado ou na política de gerenciamento de riscos adotada pela Empresa.

5.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	18/09/1959
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	28/12/1971

6.3 - Breve histórico

A Mangels foi fundada em 1º de outubro de 1928 por dois imigrantes alemães, Max H. H. Mangels Jr. e Heinrich Kreutzberg. Como o Brasil daquela época ainda não dispunha de sistemas de abastecimento de água, os sócios logo vislumbraram uma grande oportunidade de trabalho: fabricar baldes em aço galvanizado, item até então importado da Europa.

Com um produto tão simples, nascia também a vocação da Empresa de alinhar-se permanentemente às transformações e atender às reais demandas do mercado.

A primeira fábrica da Mangels foi construída no Bairro da Mooca, na cidade de São Paulo, e até 1969 continuou como a única unidade fabril da empresa.

O mundo vivia momentos conturbados, como a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque e a sucessão de acontecimentos que, anos depois, iriam dar início à 2ª Guerra Mundial.

Já em 1932 a Empresa empreendia seu primeiro programa de diversificação produtiva, passando a fabricar ferragens para as linhas de distribuição e transmissão de energia elétrica criadas pela Light para um país que iniciava seus primeiros passos rumo ao desenvolvimento.

E o mercado se modificava. Para acompanhar o novo cenário e reforçando sua vocação pioneira, a Mangels dava início em 1938 à produção de botijões para a distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo, o GLP.

No início dos anos 50, com a chegada de Max E. Mangels e Peter Mangels, a Empresa passaria a ser comandada por uma nova geração da família de seus fundadores. Naquela década, o País seria governado pelo Presidente Juscelino Kubitschek que, sob o lema “50 anos em 5”, privilegiou os investimentos nos setores de energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação. Foi a partir de seu incentivo que, em 1958, tiveram início as atividades da indústria automobilística brasileira.

Mais uma vez, a Mangels provava estar conectada com seu tempo, e passava a produzir rodas e autopeças, selando também seu compromisso de qualidade com os mais rigorosos padrões internacionais de fabricação.

Em 1969, a Mangels iniciava seu programa de expansão em duas frentes: a inauguração de sua segunda fábrica, em São Bernardo do Campo, para produção de tiras de aço e a aquisição das empresas Bratal Ferro e Aço e Laminação Panambra. Instalava também o primeiro Centro de Serviços de Aço da América Latina, localizado junto à unidade fabril de aços relaminados. Em 1970, iniciava a fabricação de novos modelos de rodas de aço e fazia já as primeiras exportações destes produtos para os Estados Unidos.

A partir de 1971, a Empresa abre seu capital e passa a ter suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. Em 1972, inaugura sua terceira fábrica, a de Cilindros para GLP, em Três Corações, no Estado de Minas Gerais. Em 1974, adquire mais uma companhia, a Laminação Baukus, voltada à laminação de tiras de aço com avançada tecnologia em ligas e aços tratados termicamente.

Atuando em segmentos altamente exigentes e qualificados, a Mangels logo se tornou sinônimo de qualidade. Foi este reconhecimento que permitiu à Empresa conquistar novos mercados com seus

6.3 - Breve histórico

produtos diferenciados. Assim, a Mangels passou a exportar cerca de 15% de sua capacidade, principalmente para os países desenvolvidos, mercado caracterizado pelos elevados níveis de exigência.

Marcando mais uma vez seu pioneirismo e vocação básica de inovação, a Mangels instala em 1989 uma nova fábrica de rodas de liga leve de alumínio, em complementação às rodas de aço. É nesse período que passa a ser estruturada em Unidades de Negócio, com a criação de três divisões: Divisão Aços, Divisão Rodas e Divisão Cilindros.

Essas mudanças ocorreram justamente com a nomeação de Robert (Bob) Mangels à Presidência, representante da terceira geração da família que dirige a Empresa desde a sua fundação.

No Brasil, a década de 90 foi marcada por profundas transformações, como a abertura dos mercados, o aumento de competitividade e o início da incorporação do processo da globalização. O novo executivo promove uma profunda reestruturação, dando foco às atividades eleitas para o “core business”: Aços, Rodas e Cilindros. Os demais negócios foram vendidos ou encerrados.

Um amplo programa de modernização fabril teve também início. Entre os anos de 1994 e 2000 a Mangels investiu mais de US\$ 70 milhões objetivando, principalmente, o aumento de qualidade e produtividade. A fábrica da Mooca, que ainda detinha a atividade de galvanização, foi desativada e transferida para Guarulhos, em São Paulo. Além disso, foram inauguradas as oficinas de requalificação da Divisão Cilindros, passo essencial para que a Mangels pudesse oferecer aos seus clientes um completo rol de produtos e serviços. Também neste período a Empresa obteve a certificação ISO 9000 em suas três divisões.

Foi nessa época também que Robert Mangels passou a implementar uma filosofia de gestão de pessoas baseada nos princípios da liderança participativa, da ética e, acima de tudo, da transparência. Na visão do gestor, este modelo garante a excelência profissional, a valorização e o contínuo aprimoramento dos colaboradores da Mangels.

Em 2003, a Mangels aderiu ao segmento especial denominado Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa, formalizando seu compromisso de transparência e uniformização nas informações prestadas ao mercado. Hoje, a Mangels conta com cinco fábricas, localizadas nos municípios de São Bernardo do Campo e Guarulhos, em São Paulo, e Três Corações, em Minas Gerais (fábricas 1 e 2 da Divisão Rodas e fábrica da Divisão Cilindros). Seu escritório central está localizado no Bairro da Chácara Santo Antônio, na Cidade de São Paulo, onde se concentram as atividades financeiras e administrativas.

Em julho de 2006, foi definido o novo plano estratégico da Empresa, para o período de 2007 a 2011, que tem como foco os negócios de maior potencial de crescimento e rentabilidade, a simplificação da gestão, a capacitação dos recursos humanos, e como prioridade absoluta à melhoria operacional e o atendimento aos nossos clientes.

No ano de 2007 a Mangels anunciou a implementação do maior plano de investimentos trienal de sua história, contemplando aumento de capacidade de produção na Divisão Rodas, em Minas Gerais, que em 2006 produzia 1,3 milhão de rodas de alumínio por ano, passando para 1,75 milhão no final de 2007; ampliação e modernização da fábrica de aços relaminados, em São Bernardo do Campo,

6.3 - Breve histórico

construção de uma planta nesta mesma cidade do ABC paulista, para atendimento dos seus clientes do centro de serviços de aços e o início da construção de outra fábrica na Zona Franca de Manaus.

Em 2008 a Mangels completou 80 anos. Além desse fato marcante, o ano também teve destaque pelos investimentos realizados. Como parte do plano de investimentos trienal, a Mangels em 2008 investiu R\$ 82,9 milhões, atingindo a soma de R\$ 122,6 milhões de investimentos desde 2007. Foi inaugurada em dezembro de 2008 a nova unidade do centro de serviços de aço na Zona Franca de Manaus, para atendimento dos clientes de Manaus e toda a região Norte. Esta nova unidade fabril tem capacidade anual de produção de 77 mil toneladas de aço.

De acordo com a estratégia adotada em 2006, os investimentos da Empresa têm sido direcionados principalmente para as Divisões Aços e Rodas. Juntamente com a unidade de Manaus, da Divisão Aços, foram adquiridos diversos equipamentos para a fábrica de São Bernardo do Campo para aumento de capacidade produtiva e de produtividade. A Divisão Rodas recebeu novas máquinas e equipamentos destinados a melhorias de produtividade e qualidade, merecendo menção especial, a linha de pintura horizontal, que propiciará a Mangels fornecer rodas de alumínio para os mercados de países desenvolvidos, visto que esta linha atenderá aos mais elevados padrões de exigências técnicas mundiais.

Os investimentos no ano de 2010 somaram R\$ 66,9 milhões, voltados principalmente para o aumento de eficiência produtiva e para aquisição das quotas representativas de 100% do capital da Superfície Ltda e E.Koga & Cia. Ltda., que atuam, respectivamente, na requalificação de recipientes transportáveis de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e na separação e classificação de vasilhames vazios de GLP.

Em 2011, os principais investimentos foram para a construção da nova linha de decapagem no Negócio Aços, a aquisição de equipamentos na linha de usinagem e reciclagem de cavacos de alumínio no Negócio Rodas, e para a construção da nova Requalificadora de botijões de GLP na Bahia, inaugurada em agosto de 2011 pelo Negócio Cilindros.

Para enfrentar esses desafios de 2012, a Companhia tomou medidas expressivas. Os negócios de Galvanização foi vendida e o de Aços em São Bernardo do Campo, que operava com margens de lucro insatisfatórias está em fase de descontinuação. Estas ações permitirão a Companhia maior foco nos negócios de Rodas, Cilindros e Manaus.

A Companhia não tem dúvida que as melhorias advindas da iniciativa de desfazer dos negócios de Galvanização e de Aços em São Bernardo do Campo, das reestruturações operacionais internas já realizadas e em andamento, do apoio tecnológico de ponta, aliado a renegociação da dívida e busca por capitalização, resultarão em criação de valor para os acionistas.

Essas ações visam a redução de custos, melhoria de qualidade, atualização tecnológica, produtividade e competitividade da Empresa.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Em 18.01.10 as controladas da Companhia, Mangels Participações Ltda. e Recman Comercial e Administradora Ltda. adquiriram quotas representativas de 100% do capital da Superfície Ltda. (“Superfície”) e E.Koga & Cia. Ltda. - EPP (“E.Koga”), que atuam respectivamente, na requalificação de recipientes transportáveis de Gás Liquefeito de Petróleo e na separação e classificação de vasilhames vazios de GLP. Valor total da negociação: R\$ 16.238.941,25.

Durante o exercício findo em 31/12/11, a Companhia completou o “Plano de Reorganização das Sociedades Controladas” iniciado no primeiro trimestre de 2011, que consistiu na transferência das atividades operacionais das controladas Mangels Indústria e Comércio Ltda., Mangels Galvanização Ltda., Laminação Baukus Ltda., Maxitrade S.A., Recman Comercial e Administradora Ltda., e da Superfície Ltda., para a própria Mangels Industrial S.A, sem aumento no valor do capital da controladora (Mangels Industrial S.A.). Este projeto teve como objetivos: (a) simplificar a estrutura societária das controladas da Companhia; (b) otimizar processos operacionais e administrativos; e (c) reduzir o número de sociedades controladas, com redução das despesas administrativas.

Com a finalidade de adequar a estrutura de capital e reduzir a alavancagem financeira, a Mangels alienou o seu negócio de Galvanização em 3 de setembro de 2012 por R\$ 13.546.000,00 e anunciou em 11 de dezembro de 2012 a decisão, de seu Conselho de Administração, de transferir as atividades de estamparia realizadas na Unidade de São Bernardo do Campo – SP para a Unidade de Três Corações – MG e descontinuar as atividades de têmpera, relaminação e centro de serviços de aços, encerrando todas as operações na Unidade de São Bernardo do Campo-SP. Decidiu também descontinuar a operação de estamparia para montadoras, que desenvolvia no negócio de Cilindros, na planta de Três Corações. Os recursos dos ativos disponíveis para a venda serão destinados à redução da dívida.

A Companhia informa a seus acionistas e ao mercado em geral que ajuizou em 1 de novembro de 2013, em conjunto com suas controladas Mangels Componentes da Amazônia Ltda. e E.Koga & Cia. Ltda., na Comarca da Capital do Estado de São Paulo, pedido de Recuperação Judicial, nos termos da Lei nº 11.101/05.

Não obstante os esforços da Administração junto a credores na busca por alternativas para o equacionamento da difícil situação econômico-financeira pela qual passa a Companhia, o pedido de Recuperação Judicial tornou-se inevitável diante do insucesso na renegociação de suas dívidas junto às instituições financeiras em termos que permitissem a adequada continuidade das atividades industriais do Grupo Mangels.

O ajuizamento do pedido de Recuperação Judicial pelo Grupo Mangels, tradicional fornecedor dos segmentos de autopeças e cilindros para GLP, visa preservar o valor do conjunto empresarial representado, atender na medida dos recursos disponíveis às partes interessadas e, principalmente, assegurar a continuidade de suas atividades produtivas com pleno aproveitamento de seu potencial de negócios.

Em 22/11/2013 foi deferido, pelo M.M.Juiz de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Capital do Estado de São Paulo, o processamento da recuperação judicial. A KPMG Corporate Finance Ltda. foi nomeada administradora judicial.

6.7 - Outras informações relevantes

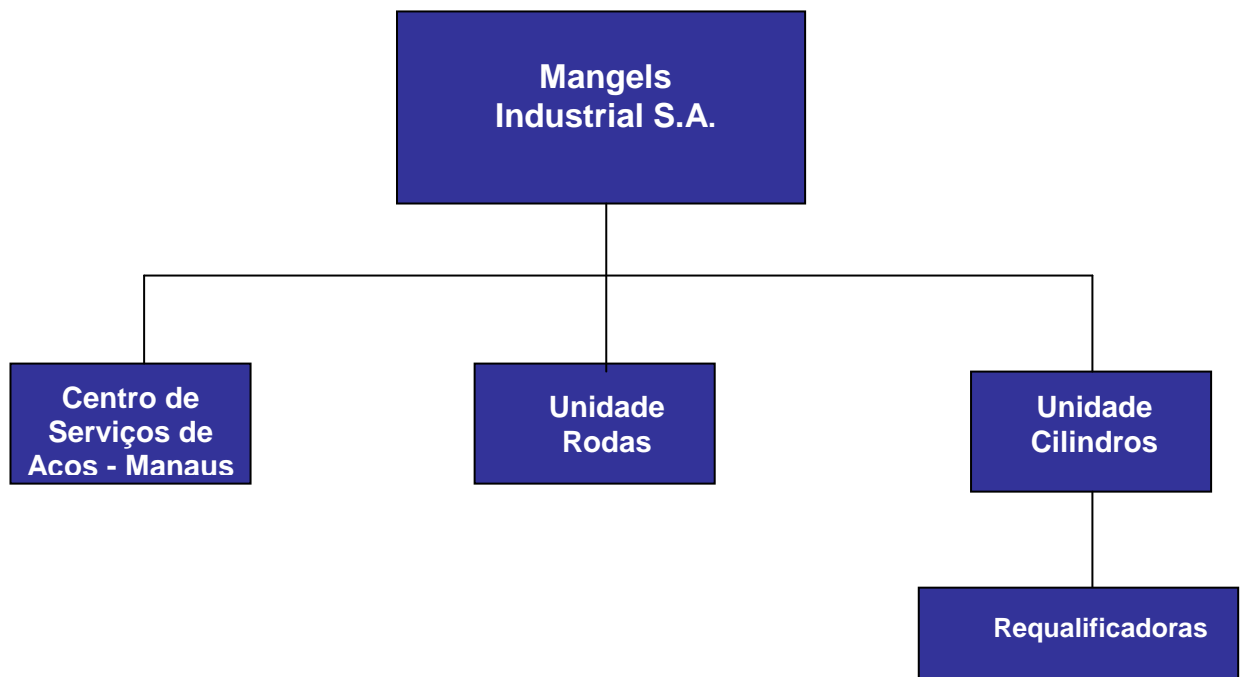
Não há outras informações relevantes a serem fornecidas.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Com mais de 80 anos de existência, os principais campos de atuação do grupo Mangels são:

- **Centro de Serviços de Aços:** Instalada em Manaus (AM), esta empresa é responsável pelo fornecimento de tiras e bobinas laminadas a quente e frio, revestidas a zinco;
- **Rodas:** Situada em Três Corações (MG), a fábrica de rodas produz rodas de alumínio originais para montadoras de veículos;
- **Cilindros:** também situada em Três Corações, é responsável pela produção de cilindros para gás liquefeito de petróleo (GLP) e tanques de ar comprimido. A divisão possui o serviço de requalificação de cilindros para GLP, na própria planta de Três Corações mais cinco requalificadoras localizadas em Canoas (RS), Cabo de Santo Agostinho (PE), Aparecida de Goiânia (GO), Araucária (PR) e Paulínia (SP), além do centro de serviço de classificação de vasilhames vazios de GLP em Araucária (PR) e de fabricação de produtos estampados para os segmentos de infraestrutura e montadoras.

Todo este histórico é fruto do compromisso absoluto com a qualidade, dos constantes investimentos em tecnologia, da busca de novas matérias-primas e, acima de tudo, da capacitação sistemática dos seus colaboradores.



7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

Produtos e Serviços Comercializados

- Centro de Serviços de Aços (Manaus): esta empresa é responsável pelo fornecimento de tiras e bobinas laminadas a quente e frio, revestidas a zinco;
- Rodas: a fábrica de rodas produz rodas de alumínio originais para montadoras de veículos;
- Cilindros: é responsável pela produção de cilindros para gás liquefeito de petróleo (GLP) e tanques de ar comprimido. A divisão possui os serviços de requalificação de cilindros para GLP, na própria planta e em mais cinco requalificadoras, além do centro de serviço de classificação de vasilhames vazios de GLP e de fabricação de produtos estampados para os segmentos de infraestrutura e montadoras.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Características do Processo de Produção

❖ CENTRO DE SERVIÇOS DE AÇOS - MANAUS:

Os processos de corte circular, recorte e aplainamento, atendem à exigentes especificações e seu moderno sistema de controle de produção oferece lead- time mínimo e garantia de entrega.

❖ RODAS:

O processo padrão para fabricação de alumínio:

- Fundição
- Usinagem
- Acabamento
- Embalagem

❖ CILINDROS:

- Botijões novos (Recipientes para acondicionamento de GLP):

Material utilizado – aço carbono recebido em bobinas.

Processo – corte, conformação, soldas, tratamento térmico, pintura e teste do produto.

- Requalificação de Botijões:

Processo - serviços de inspeção, troca de alça e base, repintura e fixação de selo para revalidação de botijões.

Este serviço é uma exigência legal da Agência Nacional do Petróleo para Botijões, onde todo novo botijão deve voltar para requalificação após 15 anos de vida e depois de 10 em 10 anos consecutivamente.

- Tanques de ar para sistema de freio de caminhões e ônibus para montadoras.

Material Utilizado – Aço carbono recebido em bobinas.

Processo – Corte, conformação, soldas, teste e pintura.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Características do processo de distribuição

❖ CENTRO DE SERVIÇOS DE AÇOS:

O processo de distribuição é feito pela própria empresa. As vendas são operacionalizadas por profissionais próprios e representantes. Não possuímos centros de distribuição.

❖ RODAS:

O processo de distribuição é feito pela própria empresa. As vendas são operacionalizadas por profissionais próprios e representantes. Não possuímos centros de distribuição.

❖ CILINDROS:

O processo de distribuição é feito pela própria empresa. As vendas são operacionalizadas por profissionais próprios e representantes. Não possuímos centros de distribuição.

Características dos mercados de atuação:

i. participação em cada um dos mercados:

❖ AÇOS:

Mercado Nacional: 100%

❖ RODAS

Mercado nacional: 90,88%

Exportação: 9,12%

❖ CILINDROS

Botijões Novos: 34%

Requalificação: 31%

Tanques: 13%

Estampados: 13%

Outros: 9%

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Principais insumos e matérias primas:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, matérias e estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Os principais insumos e matérias primas comprados são: **Aço, Alumínio e Zinco**, e não estão sujeitos a controle ou regulamentação governamental.

Na compra de Aço a relação com os fornecedores é de longo prazo e as Usinas no Brasil não negociam contratos formais.

Para compra de alumínio, foi desenvolvida segunda fonte de abastecimento no primeiro trim-09 minimizando a concentração de compra de 100% na mesma fonte.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

Para a compra de nossa matéria prima e insumo, existem poucos e grandes fornecedores, o que limita a concorrência, com conseqüente volatilidade de preços. A contratação destes fornecedores não está sujeita a controle ou regulamentação governamental

iii. Eventual volatilidade dos preços

Na compra de Aço, os preços acompanham movimentos internacionais da commodity, já os preços do Alumínio, acompanham movimentos internacionais estabelecidos pela London Metal Exchange – LME.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total**a. Montante total de receitas provenientes do cliente****❖ CENTRO DE SERVIÇOS DE AÇOS - MANAUS:**

Moto Honda da Amazonia Ltda. - R\$ 43.275.453,07 – 65,93%

❖ UNIDADE RODAS:

Toyota do Brasil S/A - R\$ 69.374.075.41 – 22,46%

❖ UNIDADE CILINDROS:

Cia Ultragaz S/A – R\$ 55.410.803,69 – 27,15%

b. Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente**❖ CENTRO DE SERVIÇOS AÇOS:**

Mercado Nacional

❖ UNIDADE RODAS:

Mercado Nacional - Montadora

❖ UNIDADE CILINDROS:

Botijões para GLP

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

a. Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

❖ CENTRO DE SERVIÇOS DE AÇOS - MANAUS:

Licenças Ambientais junto aos Órgãos Ambientais (IPAAM, SUFRAMA), Cadastro Técnico Federal no IBAMA, Alvará de Funcionamento na Prefeitura de Manaus e Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiro (AVCB).

❖ UNIDADE RODAS:

Licenças Ambientais junto aos Órgãos Ambientais (SUPRAM, IGAM e FEAM), Cadastro Técnico Federal no IBAMA, Cadastro Técnico Estadual na FEAM, Alvará de Funcionamento na Prefeitura Municipal de Três Corações, Alvará de Funcionamento junto a Vigilância Sanitária de Três Corações, Licença de Funcionamento no Departamento de Polícia Federal, Empresa junto a Polícia Civil e Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiro (AVCB).

❖ UNIDADE CILINDROS:

Licenças Ambientais junto aos Órgãos Ambientais (SUPRAM, IGAM e FEAM), Cadastro Técnico Federal no IBAMA, Cadastro Técnico Estadual na FEAM, Alvará de Funcionamento na Prefeitura Municipal de Três Corações, Alvará de Funcionamento junto a Vigilância Sanitária de Três Corações, Licença de Funcionamento no Departamento de Polícia Federal, Certificado de Registro junto ao Exército, Licença de Atividade da Empresa junto a Polícia Civil e Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiro (AVCB).

b. Política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

As divisões e unidades de negócio da Mangels comprometem-se com a seguinte Política:

- Fornecer produtos com qualidade, preço e prazo competitivos, de forma ética e atender a todos os requisitos aplicáveis aos produtos e seus processos de manufatura;
- Assegurar a parceria com clientes e fornecedores;
- Contribuir com a prevenção da poluição, minimizando ou controlando o consumo de recursos naturais, as emissões atmosféricas, o lançamento de efluentes líquidos e a geração de resíduos;

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- Prevenir acidentes e doenças ocupacionais, preservando a saúde e a integridade física dos colaboradores e contratados;
- Aprimorar a qualidade de vida no trabalho e na comunidade
- Garantir o desenvolvimento pessoal e profissional de seus colaboradores;
- Atender à legislação e outros requisitos aplicáveis aos seus Aspectos Ambientais, Saúde & Segurança e Responsabilidade Social;
- Melhorar continuamente a eficácia do sistema de Gestão Integrada.

c. Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

❖ **CENTRO DE SERVIÇOS DE AÇOS - MANAUS:**

Não se aplica, pois não temos dependência para o desenvolvimento das atividades.

❖ **UNIDADE RODAS:**

Política de Gestão Integrada em atendimento aos requisitos da Norma ISO 14001.

❖ **UNIDADE CILINDROS:**

Não se aplica, pois não temos dependência para o desenvolvimento das atividades.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior**a. Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor:**Receita líquida – mercado interno referente ao exercício de 2012

				Consolidado
	AÇOS	RODAS	CILINDROS	2012
				TOTAL
Mercado Interno	71.470	242.494	131.674	445.638
<i>Participação</i>	15,07%	51,12%	27,76%	93,95%

b. Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor:Receita líquida – mercado externo – por país - referente ao exercício de 2012

				Consolidado
	AÇOS	RODAS	CILINDROS	2012
				TOTAL
América do Norte	-	8	-	8
<i>Participação</i>		0,03%		0,03%
América do Sul e Central	-	24.325	4.348	28.673
<i>Participação</i>		84,81%	15,16%	99,97%

c. Receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissorReceita líquida – mercado externo – referente ao exercício de 2012

				Consolidado
	AÇOS	RODAS	CILINDROS	2012
				TOTAL
Mercado Externo	-	24.333	4.348	28.681
<i>Participação</i>		5,13%	0,92%	6,05%

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

A Empresa esta sujeita a legislação específica de cada país onde atua com s riscos relativos de cada operação internacional, incluindo regulamentações.

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

Em 2012 a Companhia divulgou em seu site o Relatório Anual, que contém informações de sustentabilidade. A Companhia providenciará atualizações no Relatório Anual e o disponibilizará no site www.mangels.com.br.

7.9 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico**Controladores diretos e indiretos**

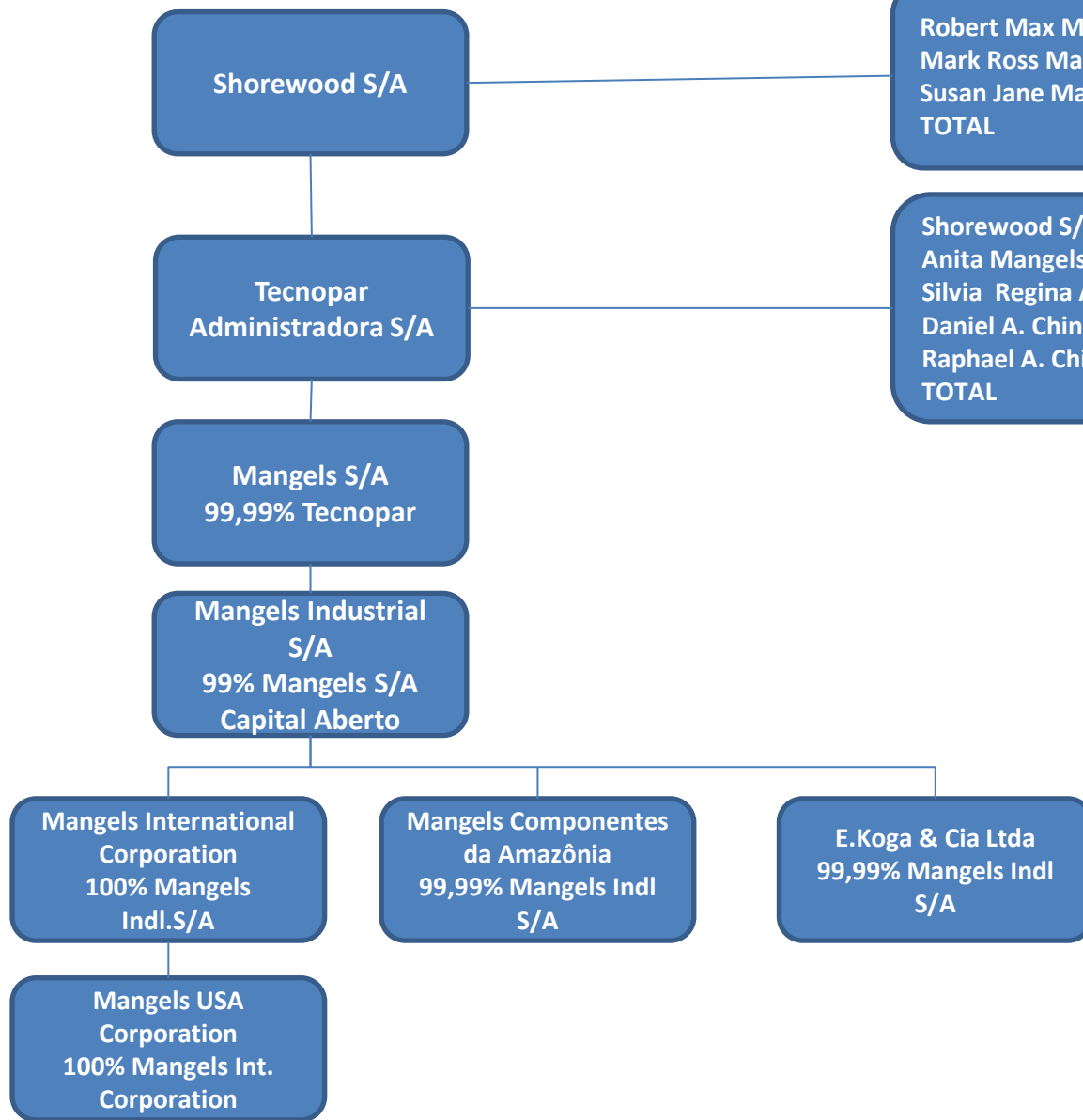
	Participação no capital social - %	
	Direta	Indireta
Mangels S/A	100,00	
Tecnopar S/A		100,00
Shorewood S/A		70,32
Silvia Regina A. Chinellato		4,50
Daniel A. Chinellato		2,25
Raphael A. Chinellato		2,25
Anita Mangels		20,68
Robert Max Mangels		33,33
Mark Ross Mangels		33,33
Susan Jane Mangels Cox		33,33

Controladas

Empresa	País	Participação no Capital Social - %	
		Direta	Indireta
Mangels Componentes da Amazonia	Brasil	99,99	-
Mangels International Corporation	Ilhas Virgens Britânicas	100,00	-
Mangels USA Corporation	Estados Unidos	-	100,00
E.Koga & Cia Ltda	Brasil	99,99	-

Estrutura Acionária

Acionistas



Robert Max Mangels	33,33%
Mark Ross Mangels	33,33%
Susan Jane Mangels Cox	33,33%
TOTAL	100,00%

Shorewood S/A	70,32%
Anita Mangels	20,68%
Silvia Regina A Chinellato	4,50%
Daniel A. Chinellato	2,25%
Raphael A. Chinellato	2,25%
TOTAL	100,00%

8.3 - Operações de reestruturação

Data da operação	11/12/2012
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Transferencia e Descontinuidade de Negocio
Descrição da operação	Em 11 de dezembro de 2012 a Companhia anunciou a decisão de seu Conselho de Administração, de transferir as atividades de estamperia realizadas na Unidade de São Bernardo do Campo – SP para a Unidade de Três Corações – MG e descontinuar as atividades de têmpera, relaminação e centro de serviços de aços, encerrando todas as operações na Unidade de São Bernardo do Campo-SP. Decidiu também descontinuar a operação de estamperia para montadoras, que desenvolvia no negócio de Cilindros, na planta de Três Corações. Os recursos dos ativos disponíveis para a venda serão destinados á redução da dívida.
<hr/>	
Data da operação	03/09/2012
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Cessão e transferência de quotas de controlada
Descrição da operação	Em 03.09.12 foi assinado o instrumento de alteração do contrato social da Mangels Indústria e Comércio de Aços Ltda., controlada da Companhia, relativo a cessão e transferência das quotas para a Armco Staco S.A. Indústria Metalúrgica e admissão dos novos quotistas. A operação é parte de um conjunto de medidas que a administração da Companhia vem tomando desde 2011 no intuito de promover a capitalização da Companhia e contribuir para a otimização dos seus resultados. A operação foi submetida a aprovação do CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica e sua conclusão está sujeita a análise desse órgão.
<hr/>	
Data da operação	31/10/2011
Evento societário	Incorporação
Descrição da operação	Durante o exercício findo em 31/12/11, a Companhia completou o “Plano de Reorganização das Sociedades Controladas” iniciado no primeiro trimestre de 2011, que consistiu na transferência das atividades operacionais das controladas Mangels Indústria e Comércio Ltda., Mangels Galvanização Ltda., Laminação Baukus Ltda., Maxitrade S.A., Recman Comercial e Administradora Ltda., e da Superfície Ltda., para a própria Mangels Industrial S.A, sem aumento no valor do capital da controladora (Mangels Industrial S.A.). Este projeto teve como objetivos: (a) simplificar a estrutura societária das controladas da Companhia; (b) otimizar processos operacionais e administrativos; e (c) reduzir o número de sociedades controladas, com redução das despesas administrativas .
<hr/>	

8.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Todas as informações relevantes estão mencionadas no item 9.2.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
TERRENO COM AREA = 404.399,00 M2 - CILINDROS	Brasil	MG	TRÊS CORAÇÕES	Própria
EDIFICIO FABRICA DE CILINDROS E TANQUES	Brasil	MG	TRÊS CORAÇÕES	Própria
MAQUINA P/ESMAGAR PART.ALUMINIO	Brasil	MG	TRÊS CORAÇÕES	Própria
INSTRUMENTO P/ FUSAO DE CAVACOS HIRARO	Brasil	MG	TRÊS CORAÇÕES	Própria
FORNO SECADOR MOD. IDEX	Brasil	MG	TRÊS CORAÇÕES	Própria
FORNO TIPO POCO FUNCAO TRATAMENTO TERMICO	Brasil	MG	TRÊS CORAÇÕES	Própria
LINHA DE PINTURA AUTOMATICA RODAS	Brasil	MG	TRÊS CORAÇÕES	Própria
FORNO DE NORMALIZACAO	Brasil	MG	TRÊS CORAÇÕES	Própria
FORNO TRATAMENTO TERMICO CONTINUO	Brasil	MG	TRÊS CORAÇÕES	Própria
CENTRO DE USINAGEM - CILINDROS	Brasil	MG	TRÊS CORAÇÕES	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nao se aplica a empresa.

Todas as informações relevantes foram mencionadas nos itens anteriores.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais:**2010**

Os demonstrativos contábeis de 2010 contemplam o padrão internacional de reporte International Financial Reporting Standards (IFRS) em consonância com as Instruções CVM 457/07 e CVM 485/10. A Companhia já adotava as Orientações Técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para as demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas desde 2008, portanto, a adoção integral do padrão contábil ("IFRS") não impactou de forma significativa as demonstrações contábeis.

A Empresa encerrou o ano de 2010 registrando receita bruta de R\$ 1.012,9 milhões, representando aumento de 23,3% quando comparado com a receita de R\$ 821,7 milhões de 2009, e um aumento de 25,8% na receita líquida, alcançando R\$ 783,3 milhões em 2010.

A aquisição das duas empresas e a diversificação do portfólio de produtos, tais como aços relaminados, produtos estampados de aço, defensas metálicas, rodas de alumínio, cilindros para GLP, serviços de requalificação de botijões e de separação de vasilhames, serviços de galvanização, entre outros, foram decisivas para o aumento da receita de vendas da Companhia.

O resultado operacional próprio de 2010, antes de outras receitas/ (despesas) operacionais e das despesas financeiras líquidas, atingiu R\$ 45,3 milhões, 39,4% superior ao valor obtido em 2009, que foi de R\$ 32,5 milhões. Este resultado é decorrente da diluição das despesas fixas pela maior utilização das fábricas e principalmente pelo controle dos custos operacionais e de melhorias de produtividade. E o resultado final de 2010 foi de R\$ 21,5 milhões, 28,7% superior ao resultado de 2009 que foi de R\$ 16,7 milhões.

O EBITDA operacional próprio, antes de outras receitas (despesas) operacionais líquidas, totalizou R\$ 67,9 milhões, montante 18,3% superior ao valor de R\$ 57,4 milhões obtidos em 2009. Este desempenho foi decorrente do aumento nos volumes vendidos por todos os negócios da Companhia aliado aos ganhos de produtividade. Em 31 de dezembro de 2010, a dívida líquida totalizou o montante de R\$ 295,4 milhões, um acréscimo de R\$ 87,0 milhões em relação à dívida líquida de 2009.

Os principais fatores de elevação do endividamento foram:

- a) Aumento de R\$ 40,4 milhões na conta de Estoques em 31 de dezembro de 2010 quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Este aumento pode ser explicado principalmente pela importação de aço, que requer prazo maior para o recebimento desta matéria prima e pela maior demanda em todos os negócios da Companhia;
- b) Pagamento de dez parcelas no valor de R\$ 38,2 milhões referentes à adesão a Medida Provisória nº 470/2009, em novembro de 2009, de débitos tributários de exercícios passados;
- c) Investimentos no valor de R\$ 66,9 milhões, incluindo a compra de 100% das quotas das empresas Superfície e E.Koga ocorrida em janeiro de 2010, no montante de R\$ 15,5 milhões.

O total de caixa e equivalentes mais aplicações financeiras somou o valor de R\$ 220,5 milhões em 31 de dezembro de 2010, aplicados, majoritariamente, em moeda nacional com liquidez diária em operações compromissadas e em certificados de depósito bancário (CDB), com rendimentos referenciados ao DI em bancos de primeira linha, com rating AA- ou superior (S&P).

Enquanto em 2009 a Companhia obteve receita de variação cambial no montante de R\$ 60,2 milhões, em virtude da apreciação do real naquele ano, em 2010 a receita registrada foi de R\$ 2,5 milhões. Estas variações decorrem, principalmente, de parte do endividamento líquido bancário atrelado a moeda norte-americana. Assim, as despesas financeiras totais de 2010, após a variação cambial, foram de R\$ 17,9 milhões frente à receita de R\$ 47,5 milhões em 2009.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 31 de dezembro de 2010, 52,1% da Dívida Líquida da Companhia estava indexada à moeda norte-americana. De acordo com a Política de Caixa e de Riscos adotada, as obrigações em moeda estrangeira vencíveis nos próximos 12 meses são “hedgeadas”, por ativos em dólares e completados com compra de dólar futuro.

2011

A economia brasileira iniciou o ano de 2011 em ritmo mais lento do que o ano anterior, isto porque o governo brasileiro implantou medidas macroeconômicas ao final de 2010, visando a redução do nível da atividade econômica e conseqüentemente do nível inflacionário até então existente, influenciados principalmente pelos elevados níveis de crédito e consumo interno.

Essas medidas de redução do crédito combinadas ao agravamento da crise na Europa reduziram os níveis de consumo, de inflação e desaceleraram o ritmo de crescimento da economia brasileira. A desaceleração foi mais intensa na produção industrial, que mostrou desempenho fraco ao longo de 2011, atingindo um crescimento de apenas 0,3%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Governo iniciou um movimento de redução dos juros e incentivos fiscais no segundo semestre de 2011, com a finalidade de estimular a economia. Espera-se que as medidas tomadas surtam efeito em 2012.

A economia brasileira encerrou o ano de 2011 com crescimento do PIB em 2,7%, frente aos 7,5% de crescimento em 2010, ou seja, sem grandes destaques. Nesse ano a taxa de juros Selic ficou em 11%, o desemprego caiu para o menor nível desde 2003 segundo o IBGE, e a inflação atingiu 6,5%, medida pelo IPCA.

Apesar da crise europeia, o investimento estrangeiro direto se manteve forte nos últimos meses de 2011, totalizando US\$66,7bilhões, e o saldo das reservas internacionais brasileiras totalizou US\$352bilhões, constituindo uma situação confortável para o Brasil contra a crise.

No entanto, a deterioração do cenário externo, principalmente pela crise na Europa, provocou a desvalorização do Real no final de 2011 frente ao Dólar. A moeda norte americana encerrou o ano cotado a R\$1,8758 ante uma cotação de R\$1,6662 por dólar ao final de 2010, contribuindo para uma pressão adicional nos custos da Empresa atrelados ao Dólar ao final do ano.

No ano de 2011 a Mangels sofreu com os diversos movimentos não favoráveis no mercado brasileiro e mundial.

Segundo dados do Instituto de Aços Brasil (IABr) o consumo de produtos siderúrgicos no mercado nacional atingiu 25 milhões de toneladas em 2011, uma queda de 4,2% quando comparado com o mesmo período de 2010, mostrando a desaceleração da demanda em toda a cadeia produtiva.

No setor automotivo, principal segmento de atuação da Empresa, a produção de veículos apresentou crescimento de 0,7% quando comparado ao ano anterior. No entanto, o volume de vendas de rodas para a indústria automotiva diminuiu devido à redução de atividade das montadoras japonesas instaladas no Brasil, conseqüência do tsunami no Japão e de enchentes na Tailândia, que geraram paradas de produção devido à falta de componentes elétricos. Outro fator externo importante ao nosso negócio foram as medidas protecionistas do Governo Argentino que criou barreiras para a exportação de autopeças brasileiras.

Outro importante evento, que contribuiu para vendas menores, foi o aumento na venda de carros importados, com participação de 23,6% nas vendas totais, segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). Este fato representou menos vendas de rodas para as Empresas nacionais.

Para controlar o aumento na venda de importados, em setembro passado o Governo brasileiro regulamentou a elevação da alíquota de IPI para automóveis importados pelo país, a exceção dos modelos fabricados no México e nos países do Mercosul, que por razão dos acordos comerciais bilaterais vigentes, não sofreram alteração da alíquota.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Entretanto, essa medida não deu retorno em 2011, pois no 4T11 o mercado automotivo reduziu o volume de negócios e algumas montadoras anunciaram férias coletivas.

AÇÕES PARA O DESEMPENHO FUTURO

A Diretoria da Mangels está empenhada na melhoria dos resultados da empresa, pois entende que a busca da excelência depende de, entre outros fatores, resultados excelentes.

Assim, várias medidas foram tomadas no decorrer do ano de 2011 com o objetivo de melhorar nosso desempenho econômico / financeiro, presente e futuro, tais como:

- (a) a contratação de um novo Diretor de Finanças e Administração em 2011, o Sr. John Sam Koutras.
- (b) eliminação de venda de produtos com rentabilidade baixa e de alta necessidade de capital de giro.
- (c) eliminação de 441 postos de trabalho entre julho e dezembro de 2011, com gastos de indenizações na ordem de R\$10milhões.
- (d) redução / adequação da capacidade de produção.
- (e) aceleração de iniciativas de ganhos de eficiência produtiva.
- (f) estudos de alternativas e busca de oportunidades para capitalização da Empresa.

Muitas dessas ações iniciadas em 2011 terão continuidade ao longo de 2012. Desta forma, no início do ano, a Mangels contratou um Diretor de Operações, o Sr. Ivan Sartori Filho, com o objetivo de conduzir seus negócios com foco na recuperação das suas margens operacionais e do almejado retorno ao crescimento.

No nível macroeconômico, apesar das economias desenvolvidas continuarem na busca de soluções para problemas estruturais, a Mangels acredita que as condições econômicas brasileiras em 2012 serão similares às de 2011. A expectativa é de que a economia brasileira cresça 4%, calçada nos investimentos de infraestrutura, tais como preparativos para a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro em 2016, e por investimentos na infra-estrutura brasileira em geral.

Já o setor automotivo, importante setor de atuação da Empresa, tem projeções de alta no volume de vendas entre 4% e 5% em 2012, esperando assim que seja maior do que 2011, quando ficou na casa dos 3,3%. Este cenário está atrelado ao aumento do IPI para veículos importados conjugado com a diminuição das restrições ao crédito.

O ano de 2012 também é um ano importante para a instalação de algumas novas fábricas de automóveis no Brasil, portanto a expectativa para 2012 é de otimismo. A tendência é que o Brasil volte a subir no ranking mundial de vendas de veículos. Em 2011 o país ocupou a quarta posição no mercado global, atrás da China, Estados Unidos e Japão, desbancando a posição da Alemanha, que foi a quarta colocada em 2010.

Assim, a Empresa, inicia o ano de 2012 com sua equipe comprometida com o objetivo de obter melhores resultados, apostando na sua capacidade de operar em momentos de adversidades e de prosperidade, sempre objetivando criar valor para seus acionistas.

2012

O ano de 2012 foi marcado por decisões estratégicas importantes para o desempenho futuro da Companhia. Em 3 de setembro de 2012, alienou o negócio de Galvanização e em 11 de dezembro de 2012 o Conselho de Administração decidiu: (a) transferir as atividades de estamperia de que desenvolvia em São Bernardo do Campo, São Paulo para Três Corações – Minas Gerais; (b) descontinuar as atividades de tempera, relaminação e centro de serviços de aço, encerrando desta forma todas as operações da Unidade de Aços em São Bernardo do Campo e (c) também

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

descontinuar a estamparia para montadoras que desenvolvia, no negócio de Cilindros, na planta de Três Corações – MG.

Os ativos descontinuados estão disponíveis para venda e os recursos serão destinados à redução de dívida.

A descontinuidade dessas atividades teve como principal objetivo eliminar margens e despesas relacionadas que contribuía negativamente com as operações.

Estas ações permitirão a Companhia maior foco nos negócios de Rodas, Cilindros e Manaus. O desafio atual é avançar com a celeridade necessária, nas atividades de transformações indispensáveis para perseguir o aumento de lucratividade nesses negócios.

Dentre várias ações, a Companhia está focada em: (a) contínuo ajuste de custos e despesas; (b) ações que gerem ganhos de produtividade através da otimização dos seus processos; (c) mitigação de investimentos; (d) ocupação plena da capacidade instalada, com o objetivo de acelerar a rentabilidade; (e) renegociar a dívida e (f) busca por capitalização.

Para as atividades operações, conta com o apoio do INDG – Instituto de Desenvolvimento Gerencial.

Além das medidas internas adotadas, também são esperadas melhores perspectivas pelas ações de incentivo tomadas pelo governo, tais como: desoneração da folha de pagamento e de energia elétrica e a manutenção da redução do IPI sobre veículos. Tais medidas devem apresentar melhoras na demanda doméstica, e assim impulsionar a demanda por motocicletas, automóveis e caminhões, que deverão crescer dois dígitos em 2013, segundo expectativa dos setores.

As melhorias advindas da iniciativa de desfazer dos negócios de Galvanização e de Aços em São Bernardo do Campo, a reestruturações operacionais internas já realizadas e em andamento, do apoio tecnológico de ponta, aliado a renegociação da dívida e busca por capitalização, resultarão em criação de valor para os acionistas.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

- i. hipóteses de resgate
não se aplica
- ii. fórmula de cálculo do valor de resgate
não se aplica

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumido

A Empresa encerrou o exercício de 2012, com disponibilidades no montante de R\$195,5 milhões, montante suficiente para fazer frente a necessidades de curto prazo. Entretanto, o Conselho de Administração aprovou a renegociação da dívida a vencer com seus credores financeiros. A busca por capitalização também é parte integrante da estratégia de melhoria de sua estrutura financeira. A renegociação visa o alongamento de pagamentos e de taxas mais compatíveis com o atual momento econômico e financeiro que a Companhia está vivenciando.

Para o processo de renegociação da dívida a Empresa conta com o apoio da consultoria PriceWaterhouseCoopers e espera encerrar todas as negociações até o final do 1º semestre de 2013.

A Mangels tem como política gestão conservadora dos ativos operacionais dimensionando seus investimentos com vista a não ultrapassar os padrões de endividamento comumente praticados pelo mercado.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O endividamento líquido em 31 de dezembro de 2012 totalizou o montante de R\$269,8 milhões, ou seja, redução de R\$4,1 milhões quando comparado ao endividamento líquido de 31 de dezembro de 2011.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas.

A Mangels possui operações de pré-pagamento de exportações que são garantidos pelas exportações futuras e linhas de créditos rotativos em Bancos de primeira linha.

Em 2006, US\$ 30 milhões do Programa de Investimentos da Mangels foram financiados pelos bancos DEG (Alemanha) e FMO (Holanda), com prazos de 3 anos de carência e 6 anos para pagamento, totalizando 9 anos, e em 2008 esses Bancos aportaram mais US\$ 30 milhões com condições idênticas com relação ao prazo do primeiro financiamento.

Adicionalmente a Empresa utiliza além de recursos próprios, linhas de créditos junto a instituições financeiras para financiamento de ativos não-circulantes, tais como: Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES, Banco da Amazônia S.A. - BASA, Financiamento de Importação – FINIMP, NCE do Banco do Brasil, Capital de Giro da Caixa Econômica Federal, entre outras instituições de 1ª. linha.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Financiamento de Importação – FINIMP, Debêntures não conversíveis, Nota de Crédito a Exportação – NCE, Pré-Pagamento de Exportação, Cédula de Crédito Bancário da Caixa Econômica Federal, Programa – PSI – Programa BNDES de Sustentação do Investimento, Banco da Amazônia S.A. - BASA, Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, Financiamento de Importação – FINIMP, outros.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

- i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes
- ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Empréstimos e Financiamentos em 31/12/2012:

	Taxa média anual de juros - % a.a.	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Moeda Nacional					
BNDES / Máquinas	4,54% a.a.	55.385	77.346	55.385	77.346
Capital de Giro (CEF / NCE BB/ ITAÚ)	126% do CDI	165.048	21.542	165.048	23.509
Capital de Giro (BASA)	10% a.a.	-	-	10.896	12.162
Arrendamento Mercantil	CDI + 0,28% a.m.	329	1.119	329	1.119
		220.762	100.007	231.658	114.136
Moeda Estrangeira					
Pré-pagamento exportação/ NCE	Libor + 4,60% a.a.	137.780	166.027	137.780	166.027
Capital de giro / Finimp	3,70% a.a.	17.303	56.314	17.593	59.157
DEG/FMO	Libor + 4,72% a.a.	78.367	90.091	78.367	90.091
		233.450	312.432	233.740	315.275
		454.212	412.439	465.398	429.411
Circulante		129.187	136.726	130.760	142.572
Não Circulante		325.025	275.713	334.638	286.839

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os financiamentos obtidos ao BNDES, para aquisição de ativo imobilizado, estão garantidos por itens do ativo imobilizado, cujo valor total é de R\$ 7.012 mil. Os pré-pagamentos de exportações estão garantidos pelas exportações futuras. Os contratos de capital de giro representam linhas de créditos rotativos.

Como obrigações contratuais dos empréstimos contratados junto ao DEG/FMO, BTG Pactual, Banco do Brasil S.A. e Banco Itaú S.A., a Companhia deve atender trimestralmente (para os contratos do DEG/FMO e BTG Pactual) e anualmente (para os contratos do Banco do Brasil e Banco Itaú S.A.), determinados indicadores financeiros (*covenants*), medidos com base nas informações intermediárias e demonstrações financeiras anuais, respectivamente, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Basicamente, em razão do prejuízo apurado no negócio de Aços e pelo reconhecimento em seu resultado das despesas que incorrerão na descontinuidade do mesmo, projeções preliminares a 31 de dezembro de 2012 indicavam que a Companhia não atenderia a essas obrigações contratuais, o que facultaria aos credores o direito de pleitear o vencimento antecipado das dívidas. No entanto, a Companhia solicitou as instituições financeiras à eliminação dos indicadores financeiros e os credores concordaram, por meio de cartas formais anteriores a 31 de Dezembro de 2012.

As parcelas de longo prazo vencem conforme demonstrado abaixo:

Ano	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
2013	-	113.206	-	114.853
2014	136.158	69.627	137.557	70.850
2015	104.563	57.792	105.780	59.015
2016	78.361	32.083	79.578	33.306
2017	3.759	819	4.976	2.042
2018	849	850	2.066	2.073
2019	882	882	2.098	2.105
2020	453	454	1.670	1.677
2021	-	-	913	918
	325.025	275.713	334.638	286.839

Fontes de Liquidez adicional

A Empresa tem utilizado geração de caixa próprio e limites de créditos pré-aprovados pelas instituições financeiras e Financiamento de Importação – FINIMP.

iii. grau de subordinação entre as dívidas.
não se aplica

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários a à alienação de controle societário.
não se aplica

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

não se aplica

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

Principais alterações nas contas de Resultados nos anos de 2012 x 2011 x 2010 - (em R\$ mil)

	CONSOLIDADO			VARIÇÃO	
	2012	2011	2010	2012/2011	2011/2010
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS					
Mercado interno	799.022	903.337	973.000	(104.315)	(69.663)
Mercado externo	36.890	37.081	39.947	(191)	(2.866)
	835.912	940.418	1.012.947	(104.506)	(72.529)
Impostos sobre vendas e serviços	(190.892)	(217.514)	(229.670)	26.622	12.156
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	645.020	722.904	783.277	(77.884)	(60.373)
Custo dos produtos e serviços vendidos	(579.323)	(626.001)	(655.574)	46.678	29.573
LUCRO BRUTO	65.697	96.903	127.703	(31.206)	(30.800)
DESPESAS OPERACIONAIS					
Com vendas	(25.670)	(30.226)	(34.849)	4.556	4.623
Gerais e administrativas	(62.155)	(56.060)	(47.731)	(6.095)	(8.329)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(70.235)	(7.893)	6.558	(62.342)	(14.451)
	(158.060)	(94.179)	(76.022)	(63.881)	(18.157)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS E RESULTADO FINANCEIRO	(92.363)	2.724	51.681	(95.087)	(48.957)
RESULTADO FINANCEIRO					
Despesas financeiras	(54.784)	(45.841)	(38.398)	(8.943)	(7.443)
Receitas financeiras	13.762	21.416	17.704	(7.654)	3.712
Variações cambiais-fundo exclusivo	758	2.839	(8.397)	(2.081)	11.236
Variações monetárias e cambiais	(16.625)	(28.197)	10.929	11.572	(39.126)
	(56.889)	(49.783)	(18.162)	(7.106)	(31.621)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(149.252)	(47.059)	33.519	(102.193)	(80.578)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Do exercício	(4.423)	(5.238)	(10.647)	815	5.409
Diferidos	4.778	19.696	(1.362)	(14.918)	21.058
	354	14.458	(12.009)	(14.104)	26.467
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	(148.898)	(32.601)	21.510	(116.297)	(54.111)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Análise do resultado consolidado do ano de 2012 versus o ano de 2011

Receita Bruta - R\$ milhão	2012	2011	Variação
Aços	266,7	363,4	-27%
Rodas	344,4	318	8%
Cilindros	193,2	210,1	-8%
Galvanização	31,6	48,9	-35%
Total	835,9	940,4	-11%

No ano de 2012 o desempenho da Companhia foi afetado pela redução no ritmo de crescimento da economia brasileira. As reduções das taxas de juros e a manutenção do nível de desempenho no setor industrial em patamares baixos, não foram suficientes para aumentar o desempenho do setor industrial.

A venda bruta consolidada atingiram o montante de R\$835,9 milhões, redução de 11% quando comparado ao ano de 2011.

O lucro bruto consolidado apresentado foi de R\$69,0 milhões valor inferior em 28,8% quando comparado ao ano de 2011.

A consistente busca por melhorias operacionais resultou em redução de despesas com vendas, gerais e administrativas na ordem de 10% quando comparado ao ano de 2011. As despesas somaram R\$77,4 milhões versus R\$86,3 milhões em 2011.

Devido à decisão de descontinuar os negócios de aços e de estamparia, foram registradas provisões para recuperação ao valor recuperável dos ativos destinados a venda e das demais despesas decorrentes desta operação, no valor de R\$84,9 milhões.

A despesa financeira líquida total registrada em 2012 foi de R\$56,9 milhões frente aos R\$49,7 milhões registrados em 2011.

O resultado final consolidado foi prejuízo de R\$148,9 milhões. Se forem desconsideradas as provisões e despesas relacionadas com a descontinuidade dos negócios (R\$84,9 milhões) e também o resultado negativo das operações descontinuadas (R\$42,4 milhões), o resultado líquido final das operações continuadas foi de R\$21,6 milhões negativos.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Análise do resultado consolidado do ano de 2011 versus o ano de 2010

Receita Bruta - R\$ milhões	2011	2010	Variação
Aços	363,4	402,3	-10%
Rodas	318,0	330,8	-4%
Cilindros	210,1	222,1	-5%
Galvanização	48,9	57,7	-15%
Total	940,4	1.012,9	-7%

A Receita Bruta de vendas e serviços da Empresa encerrou o ano registrando R\$940,9 milhões redução de 7% quando comparado com a receita de R\$1.012,9 milhões de 2010. E a Receita Líquida foi de R\$722,9 milhões, representando diminuição de 7,7 % em comparação com o ano de 2010, que foi de R\$783,3 milhões.

O custo dos produtos vendidos em 2011 totalizou R\$626,0 milhões, o que representou 86,6% da receita líquida, enquanto em 2010, o custo representou 83,7%, significando um aumento de 2.7 pontos percentuais (pp).

Pelo fato dos custos operacionais terem em sua composição acentuada característica de custos fixos, a redução no volume de vendas influenciou diretamente as margens. Além disso, a Empresa tomou diversas medidas para melhorar o seu desempenho presente e futuro, e em julho e dezembro, ajustou seu quadro de colaboradores e dispendeu aproximadamente R\$10 milhões em indenizações. O custo dos produtos vendidos no 4T11 também reflete os impactos do dissídio coletivo anual de 10%, efetivado em novembro de 2011.

As despesas com vendas, gerais e administrativas somaram no ano R\$86,2 milhões, um aumento de 4,4% quando comparadas a 2010. Esse número também está influenciado pelo ajuste no quadro de colaboradores para adequação às demandas do mercado.

As despesas operacionais em 2011 somaram R\$7,9 milhões, frente aos R\$6,6 milhões de receita líquida em 2010, consequência do estorno do valor de R\$10,2 milhões referente a Crédito de IPI, que foi reconhecido no resultado em 2010, conforme nota explicativa nº 19.

Desta forma, o lucro operacional obtido em 2011 foi de R\$2,7 milhões frente aos R\$51,7 milhões de 2010.

A despesa financeira total de 2011 foi impactada negativamente devido à despesa de variação cambial de R\$25,4 milhões, decorrente da valorização do dólar frente ao real, totalizando R\$49,8 milhões, contrastando com a de R\$18,2 milhões em 2010, que não sofreu o mesmo efeito naquele ano. Estes efeitos ocorrem principalmente devido a empréstimos captados em US\$.

Em 2011 o resultado final após o imposto de renda e contribuição social foi um prejuízo de R\$32,6 milhões, frente ao lucro de R\$21,5 milhões registrado em 2010.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**Principais alterações nas contas Patrimoniais nos anos de 2012 x 2011 x 2010 – R\$ mil**

ATIVO	CONSOLIDADO			VARIÇÃO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	2012/2011	2011/2010
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	171.375	148.808	123.937	22.567	24.871
Títulos e valores mobiliários	24.142	60.990	96.549	(36.848)	(35.559)
Contas a receber de clientes	54.041	99.114	97.692	(45.073)	1.422
Estoques	58.834	85.342	107.698	(26.508)	(22.356)
Tributos a recuperar	29.013	34.688	47.484	(5.675)	(12.796)
Despesas do exercício seguinte	529	1.630	929	(1.101)	701
Outros ativos	15.598	13.214	16.171	2.384	(2.957)
	353.532	443.786	490.460	(90.254)	(46.674)
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Imobilizado destinado a venda	83.984	-	-	83.984	-
Tributos a recuperar	5.380	7.034	6.752	(1.654)	282
Tributos diferidos	30.267	16.104	13.445	14.163	2.659
Depósitos judiciais	7.765	7.369	8.905	396	(1.536)
Outros ativos	209	3.128	1.918	(2.919)	1.210
	127.605	33.635	31.020	93.971	2.615
Imobilizado	178.737	323.058	315.647	(144.321)	7.411
Intangível	16.688	16.844	18.305	(156)	(1.461)
Diferido	437	909	1.379	(472)	(470)
	323.467	374.446	366.351	(50.978)	8.095
TOTAL DO ATIVO	676.999	818.232	856.811	(141.232)	(38.579)
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	78.753	91.706	31.251	(12.953)	60.455
Empréstimos e financiamentos	130.760	142.572	124.618	(11.812)	17.954
Debêntures	-	16.082	15.519	(16.082)	563
Salários e encargos sociais	15.630	17.756	20.474	(2.126)	(2.718)
Tributos a recolher	4.087	3.068	12.079	1.019	(9.011)
Dividendos propostos	27	50	5.143	(23)	(5.093)
Tributos parcelados	4.080	5.379	4.959	(1.299)	420
Outros passivos	69.880	16.693	11.426	53.187	5.267
	303.217	293.306	225.469	9.912	67.837
NÃO CIRCULANTE					
Partes Relacionadas			12	-	(12)
Empréstimos e financiamentos	334.638	286.839	321.290	47.799	(34.451)
Debêntures	-	38.239	54.444	(38.239)	(16.205)
Provisão para riscos e discussões judiciais	10.482	3.818	5.741	6.664	(1.923)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	16.902	-	(16.902)
Tributos parcelados	1.461	2.111	6.090	(650)	(3.979)
	346.582	331.007	404.479	15.575	(73.472)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	171.273	171.273	171.273	-	-
Reservas de lucros					
Reserva de retenção de lucros	-	-	16.845	-	(16.845)
Reserva legal	-	-	6.462	-	(6.462)
Resultados abrangentes	12.253	31.250	32.283	(18.997)	(1.033)
Prejuízos acumulados	(156.325)	(8.604)	-	(147.721)	(8.604)
	27.201	193.919	226.863	(166.718)	(32.944)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	676.999	818.232	856.811	(141.231)	(38.579)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Análise do balanço patrimonial consolidado do ano de 2012 em comparação com o ano de 2011

Principais contas do Ativo:

. *Contas a receber de clientes:* a redução de R\$45,0 milhões foi em decorrência de menor volume de vendas registrado no último trimestre de 2012, quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

. *Estoques* – a redução verificada de R\$ 26,5 milhões em 2012 em relação ao ano de 2011 deve-se a melhor concentração de vendas em produtos e clientes que demandam menor capital de giro e também pela decisão da descontinuidade do negócio de aços em São Bernardo do Campo.

. *Tributos a recuperar:* a redução de R\$ 7,3 milhões em 2012 com relação ao ano de 2011 se deu pela utilização dos créditos de PIS e COFINS sobre insumos.

. *Tributos Diferidos:* o aumento de R\$ 14,2 milhões refere-se (i) ao estorno de R\$27,6 milhões de tributo diferido passivo correspondente à reavaliação de ativos que estavam em operação e foi reclassificada para ativos destinados a venda (ii) R\$ 13,6 milhões referente a estorno de impostos com base na previsão de lucratividade futura cuja compensação é suportada por projeções de lucros tributáveis, descontados a valor presente.

. *Imobilizado destinado à venda:* o valor de R\$83,9 milhões é dos ativos que estavam em operação e foi reclassificada para destinados a venda em decorrência da decisão da descontinuidade dos negócios de Aços em São Bernardo do Campo e da Estamparia para montadoras em Três Corações.

Principais contas do Passivo

. *Fornecedores:* a redução de R\$12,9 milhões em relação ao ano de 2011 foi em decorrência do menor nível de atividade verificada no último trimestre de 2012.

. *Empréstimos e Financiamentos:* a redução verificada na dívida bruta de R\$ 18,4 milhões, considerando as parcelas de curto e longo prazo é reflexo de pagamentos maiores que o ano anterior.

. *Outros passivos:* o aumento de R\$ 53,2 milhões deu-se pelas provisões de contas a pagar pela descontinuidade dos negócios.

Principais contas do Patrimônio Líquido

. *Resultados abrangentes:* foi estornado do valor de R\$17, 8 milhões referente à parcela da reserva de reavaliação sobre ativos que foram destinados a venda, decorrentes da decisão de descontinuar os negócios.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Análise do balanço patrimonial consolidado do ano de 2011 em comparação com o ano de 2010

Principais contas do Ativo:

. *Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários:* em 31 de dezembro de 2011 a Empresa mantinha em seu caixa R\$ 209,8 milhões versus R\$ 220,5 milhões do ano anterior.

. *Estoques* – a redução verificada de R\$ 22,4 milhões em 2011 em relação ao ano de 2010, deve-se ao melhor gerenciamento dos estoques e a concentração de vendas em produtos e clientes que demandam menor capital de giro.

. *Tributos a recuperar:* a redução de R\$ 12,8 milhões em 2011 com relação ao ano de 2010 se deu principalmente, pelo estorno do valor de R\$10,2 milhões referente à Crédito de IPI.

. *Tributos Diferidos:* o aumento de R\$ 19,3 milhões origina-se do prejuízo fiscal do exercício de 2011 de R\$ 52,7 milhões.

Principais contas do Passivo

. *Fornecedores:* o aumento de R\$60,5 milhões deve-se a negociação com os principais fornecedores de matéria prima da Empresa, com a extensão do prazo de pagamento de 15 dias para 90 dias.

. *Empréstimos e Financiamentos:* a redução verificada na dívida bruta de R\$ 16,5 milhões, considerando as parcelas de curto e longo prazo, é reflexo da menor captação. Em 2011 atingiu o montante de R\$ 69,6 milhões frente ao pagamento de R\$ 143 milhões no ano anterior. Essa captação serviu para financiar os investimentos.

. *Debêntures:* a redução de R\$ 15,6 milhões deu se pelo pagamento de duas parcelas em maio e novembro de 2011.

Principais contas do Patrimônio Líquido

. *Reservas de lucro:* foi efetuada a compensação do prejuízo de 2011, baixando as reservas de lucro e reserva legal no montante de R\$ 23,3 milhões.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Comentários dos negócios

Unidade de Aços

Em 2012 foram produzidas 1.690 milhões motocicletas versus 2.136 milhões em 2011, redução de 21%, segundo dados da Abraciclo – Associação Brasileira de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e similares. Esse desempenho impactou a Unidade de Manaus, que fornece para a indústria de motocicletas e que é extremamente dependente de crédito. A redução no faturamento foi de 12,5% quando comparado com o do mesmo período de 2011.

A produção brasileira de aço também apresentou redução em 2012 de 1,5% em relação ao ano de 2011. As exportações de produtos siderúrgicos totalizaram 9,7 milhões de toneladas, o que representou uma queda de 10,4%, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, segundo dados do Instituto de Aço Brasil. Assim, o negócio de Aços em São Bernardo apresentou queda em seu faturamento de 25% quando comparado com o ano de 2011.

Unidade Cilindros

O negócio de Cilindros atua no setor de recipientes de GLP, tanques de ar para caminhões, prestação de requalificação de recipientes para GLP, separação e classificação de vasilhames vazios de GLP e centro de serviços de aços.

Em 2012, as vendas deste negócio foram afetadas pelo corte nos investimentos das empresas de gás e também pela baixa produção de caminhões de tecnologia Euro5, que segundo a Associação Nacional dos Fabricantes dos Veículos Automotores - Anfavea, a venda de caminhões encerrou 2012 com queda de 40,5% quando comparado com 2011.

O faturamento deste negócio registrou queda de 8,1% em comparação com o ano de 2012.

Unidade de Rodas

Em contrapartida, o comércio de veículos registrou aumento de 4,6% em 2012, segundo dados divulgado pela Associação Nacional dos Fabricantes dos Veículos Automotores (Anfavea), sob a forte influência da redução do IPI. A produção de automóveis e comerciais leves, apresentou uma alta de 1,2% em 2012.

O negócio de Rodas, seguindo o bom desempenho do setor automotivo, registrou aumento de faturamento de 8,3% quando comparado com o ano de 2011, confirmando a sua posição de liderança no fornecimento de rodas de alumínio para as indústrias automotiva instaladas no país.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Não se aplica

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Rodas: A maior influencia neste Negócio é em relação a sua principal matéria-prima, o alumínio que tem preços internacionais (London Metal Exchange – LME) e é cotado em dólar. Os preços de venda das rodas em sua maioria são celebrados em contrato e tem cláusula de reajuste automático da matéria prima alumínio a cada trimestre, ocorrendo, portanto uma defasagem de três meses entre o preço que a Empresa paga pela matéria-prima e o preço que ela vende aos seus clientes.

Cilindros e Aços (Manaus): A variação do preço do aço e a concorrência de mercado são os principais fatores que influenciam nos preços destes Negócios. Para o negócio de Cilindros, a influencia da capacidade de investimentos de seus clientes, uma vez que as aquisições de botijões novos representam aquisição de ativo imobilizado e um fator importante.

Resultados Financeiros:

A flutuação da taxa de câmbio do real frente ao dólar exerce influência sobre o resultado econômico da Empresa devido ao descasamento das vendas realizadas, predominantemente em reais e a variação cambial decorrente dos financiamentos em moeda estrangeira principalmente para investimentos e aquisição de insumos.

A Empresa utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger os seus ativos e passivos ou exposição líquida em dólares norte-americanos considerando um horizonte de 12 meses.

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com instituições financeiras no Brasil e no exterior, bem como na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F BOVESPA).

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

- a. introdução ou alienação de segmento operacional**
não se aplica

- b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária**
não de aplica

- c. eventos ou operações não usuais**
não ocorreram eventos ou operações não usuais

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras da controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas As demonstrações financeiras anuais, individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio de diversas bases de avaliação utilizadas para a determinação das estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliações de ativos financeiros a valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, estimativas do valor justo das propriedades para alienação, as estimativas ao valor em uso dos terrenos e edificações, análise de risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para riscos e discussões judiciais.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de maneira consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

Para permitir melhor comparabilidade de saldos e em atendimento ao CPC 32, o imposto de renda diferido passivo, cujo saldo em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 16.613, foi reclassificado para o ativo, sendo apresentado de forma líquida na rubrica de imposto de renda diferido ativo.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2012

As políticas contábeis adotadas em 2012 são consistentes com as adotadas nas demonstrações financeiras do ano anterior, exceto pelas seguintes revisões ao IFRS em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012:

- IAS 12 Imposto de Renda (Revisão) – Impostos Diferidos – Recuperação de Ativos Subjacentes

A revisão esclarece a determinação de cálculo de impostos diferidos sobre propriedade para investimentos mensurados a valor justo. Introduz a presunção refutável de que o imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo modelo de valor justo no IAS 40 (CPC 31) deve ser definido com base no fato de que seu valor contábil será recuperado por meio de venda. Adicionalmente, introduz a exigência de que o imposto diferido sobre ativos não sujeitos à depreciação que são mensurados usando o modelo de reavaliação da IAS 16 (CPC 27) sempre sejam mensurados com base na venda do ativo. Esta revisão não gerou um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações da Companhia.

- IFRS 1 - Adoção Inicial das IFRS (Revisão) – Hiperinflação e Remoção de Datas Fixas para Primeira Adoção (Revisão)

O IASB forneceu orientações sobre como uma entidade deve retomar a apresentação de demonstrações financeiras com base nas IFRS quando sua moeda funcional deixa de estar sujeita a hiperinflação. A revisão terá vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2011. Esta revisão não gerou nenhum impacto sobre a Companhia.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

- IFRS 7 - Instrumentos Financeiros – Divulgação – Exigências Maiores para Divulgação de desreconhecimentos

A revisão exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos, mas não reconhecidos para permitir que o usuário das demonstrações financeiras da Companhia entenda a relação entre ativos que não foram desreconhecidos e os passivos correspondentes. Adicionalmente, a revisão exige a divulgação sobre o envolvimento contínuo da entidade com os ativos desreconhecidos, para permitir que os usuários avaliem a natureza do envolvimento e os riscos relacionados. A norma revisada terá vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2011. A Companhia não possui ativos com essas características, portanto não houve impacto sobre suas demonstrações financeiras.

Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

- IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras – Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes

As revisões do IAS 1 alteraram o agrupamento dos itens apresentados em outros resultados abrangentes. Itens que poderiam ser reclassificados (ou “reciclados”) ao resultado em certo período no futuro (por exemplo, ganhos líquidos em operações de hedge de investimentos líquidos, diferenças de variação cambial na tradução de operações no exterior, movimentos líquidos de hedge de fluxos de caixa ou ganhos na venda de ativos classificados como disponíveis para venda) deveriam ser apresentados separadamente dos itens que nunca serão reclassificados (por exemplo, ganhos ou perdas atuariais em planos de benefício definido).

As revisões afetam somente a apresentação e não há impactos na posição financeira ou de desempenho da Companhia. Estas revisões passam a vigorar para exercícios fiscais iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2012, e serão aplicados na demonstrações financeiras da Companhia quando se tornarem efetivas.

- IAS 19 – Benefícios aos Empregados (Emenda)

O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19. Tais emendas englobam desde alterações fundamentais, como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano, até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorização e reformulação. A Companhia está atualmente avaliando o impacto completo das emendas restantes. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.

- IAS 28 – Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011)

Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IASB 28 Investimentos em Associadas e Joint Ventures, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em joint ventures, além do investimento em associadas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

- IAS 32 – Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros – Revisões da IAS 32

Estas revisões explicam o significado de “atualmente tem o direito legal de compensação”. As revisões também esclarecem a adoção dos critérios de compensação da IAS 32 para os sistemas de liquidação (como os sistemas de câmaras de liquidação) que aplicam mecanismos brutos de liquidação que não são simultâneos. Estas revisões não deverão ter um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações da Companhia, com vigência para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2014.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

▪ IFRS 1 – Empréstimo do Governo – Revisões da IFRS 1

Estas revisões estabelecem a primeira aplicação das exigências da IAS 20 Contabilização de Subvenção e Assistências Governamentais, prospectivamente a empréstimos governamentais existentes na data de transição para as IFRS. As entidades podem optar por aplicar as exigências da IFRS 9 (ou IAS 39, conforme o caso) e IAS 20 a empréstimos do governo retrospectivamente, se a informação for necessária para isso tinha sido obtida no momento da contabilização inicial desse empréstimo. A exceção dispensaria as entidades que estejam adotando a norma pela primeira vez da mensuração retrospectiva de empréstimos do governo com uma taxa de juros inferior à de mercado. A revisão terá vigência para períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013. A revisão não terá impacto sobre a Companhia.

▪ IFRS 7 – Divulgações – Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - Revisões da IFRS 7

Estas revisões exigem que uma entidade divulgue informações sobre os direitos às compensações e acordos relacionados (por exemplo, acordo de garantia). As divulgações fornecem informações úteis aos usuários para avaliar o efeito de acordos de compensações sobre a posição financeira de uma entidade. As novas divulgações são necessárias para todos os instrumentos financeiros reconhecidos que são compensados de acordo com a IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros reconhecidos que estão sujeitos a um contrato principal de compensação ou acordo semelhante, independentemente de serem ou não compensado de acordo com a IAS 32. A revisão entrará em vigor para os períodos anuais em ou após 1º de janeiro de 2013.

▪ IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração

A norma IFRS 9, conforme emitida, reflete a primeira fase dos trabalhos do IAS referente à substituição da norma IAS 39 e aplica-se à classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros, tal como definido na IAS 39. A norma inicialmente vigorou para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, contudo, a norma Alterações à IFRS 9 – Data efetiva da IFRS 9 e Divulgação para Transição, emitida em dezembro de 2011, alterou a data efetiva obrigatória para 1º de janeiro de 2015.

Em fases posteriores, o IASB abordará a contabilidade de instrumentos de hedge e a redução ao valor recuperável de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração de ativos financeiros da Companhia, mas não causará impacto na classificação e mensuração de passivos financeiros. A Companhia quantificará o efeito em conjunto com as outras fases, quando for emitida a norma final, compreendendo todas as fases.

▪ IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas

A norma IFRS 10 substitui a parte do IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas, que trata da contabilização das demonstrações financeiras consolidadas. Também aborda as questões suscitadas na SIC-12 *Consolidação - Entidades de Propósito Específico*. O IFRS 10 estabelece um modelo único de controle que se aplica a todas as entidades, inclusive entidades de propósito específico. As mudanças introduzidas pelo IFRS 10 exigirão que a Administração exerça julgamento significativo para determinar quais entidades são controladas e, portanto, obrigadas a serem consolidadas por uma controladora, comparativamente aos requisitos que estavam na IAS 27. Com base nas análises preliminares realizadas, não há expectativa de que a IFRS 10 tenha impacto sobre os investimentos atualmente mantidos pela Companhia. Esta norma entra em vigor para períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de Janeiro de 2013.

▪ IFRS 11 - Empreendimentos Conjuntos

O IFRS 11 substitui o IAS 31- *Interesses em Empreendimentos Conjuntos* e a SIC-13, *Entidades Controladas em Conjunto - Contribuições Não Monetárias por Empreendedores*. O IFRS 11 elimina a opção de contabilização de entidades controladas em conjunto (ECC) com base na consolidação proporcional. Em vez disso, as ECC que se enquadrarem na definição de empreendimento conjunto (*joint venture*) deverão ser contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial. A aplicação desta nova norma não terá impacto sobre a posição

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

patrimonial e financeira da Companhia.

- IFRS 12 - Divulgação de Participações em Outras Entidades

A IFRS 12 inclui todas as divulgações anteriormente incluídas na IAS 27 relacionadas às demonstrações financeiras consolidadas, bem como todas as divulgações que foram previamente incluídas na IAS 31 e IAS 28. Estas divulgações são relacionadas às participações de uma entidade em controladas, empreendimentos conjuntos, associadas e entidades estruturadas. Uma série de novas divulgações também é necessária, mas não haverá impacto sobre a posição financeira ou o desempenho da Companhia. Esta norma terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

- IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo

A IFRS 13 estabelece uma única fonte de orientação nas IFRS para todas as mensurações do valor justo. A IFRS 13 não muda a determinação de quando uma entidade é obrigada a utilizar o valor justo, mas fornece orientação sobre como mensurar o valor justo de acordo com as IFRS, quando o valor justo é exigido ou permitido. Esta norma terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013. A aplicação desta nova norma não terá impacto sobre a posição patrimonial e financeira da Companhia.

- IFRIC 20 - Custos de Remoção de Resíduos na Fase de Produção de uma Mina de Superfície

Esta interpretação é aplicável aos custos de remoção dos resíduos (stripping costs) incorridos na atividade de mineração de superfície, durante a fase de produção da mina. A interpretação aborda a contabilização do benefício da atividade de remoção de resíduos. A interpretação terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013. A nova interpretação não terá um impacto sobre a Companhia.

Melhorias Anuais – maio de 2012

As melhorias apresentadas abaixo não terão impacto sobre a Companhia:

- IFRS 1- Adoção Inicial das IFRS

Esta melhoria explica que uma entidade que deixou de adotar as IFRS no passado e optou por, ou foi obrigada a adotar as IFRS, poderá readotar a IFRS 1. Se a IFRS 1 não for readotada, a entidade deverá reapresentar retrospectivamente suas demonstrações financeiras como se nunca tivesse deixado de adotar as IFRS.

- IAS 1- Apresentação das Demonstrações Financeiras

Esta melhoria esclarece a diferença entre a informação comparativa adicional voluntária e a informação comparativa mínima necessária. Geralmente, a informação comparativa mínima necessária refere-se ao período anterior.

- IAS 16 - Imobilizado

Esta melhoria explica que as principais peças de reposição e equipamentos de prestação de serviços que satisfazem a definição de imobilizado não fazem parte dos estoques.

- IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação

Esta melhoria esclarece que os impostos de renda decorrentes de distribuições a acionistas são contabilizados em conformidade com a IAS 12 Impostos de Renda.

- IAS 34 - Demonstrações Financeiras Intermediárias

A revisão apresenta um alinhamento das exigências de divulgação para ativos totais do segmento com os passivos totais do segmento nas demonstrações financeiras intermediárias.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Este esclarecimento também garante que as divulgações intermediárias estejam alinhadas com as divulgações anuais. Estas melhorias terão vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Parecer do auditor independente sem ressalvas e com ênfase.

Nos últimos três exercícios sociais, não foram feitas ressalvas nos relatórios dos auditores independentes da Companhia.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Acionistas da
Mangels Industrial S.A.
São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Mangels Industrial S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mangels Industrial S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Mangels Industrial S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

A Companhia, em 2012, apresentou prejuízo significativo e elevado nível de endividamento. Os planos da Administração, com relação a capacidade de manter suas operações em marcha, estão detalhados na Nota 1. As demonstrações financeiras da Mangels Industrial S.A. relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos seus negócios. Essas demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Companhia continuar operando. A nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Outros assuntos

Avaliação de Investimentos

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Mangels Industrial S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo; e pela opção pela manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado.

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

São Paulo, 19 de março de 2013.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Sergio Citeroni
Contador CRC-1SP170652/O-1

Renata Carolina Borelli
Contadora CRC-1SP238522/O-1

10.5 - Políticas contábeis críticas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Mangels Industrial S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2012, apresentadas abaixo:

	País-sede	Participação no Capital Social - %	
		31/12/2012 e 31/12/2011	
		Direta	Indireta
Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	Brasil	99,99	-
Mangels International Corporation	Ilhas Virgens Britânicas	100,00	-
Mangels USA Corporation	EUA	-	100,00
E. Koga & Cia Ltda. - EPP	Brasil	100,00	-

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta data na qual a Mangels Industrial S.A. detém o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intergrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intergrupo, são eliminados por completo.

Uma transação na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O resultado do período e cada componente dos outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuíveis à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo.

Ativos não circulante mantidos para venda e operações descontinuadas.

Os grupos do ativo não circulante classificados como mantidos para venda são mensurados com base no menor valor entre o contábil e o valor justo, deduzidos dos custos de venda. Os grupos de ativo não circulante são classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis forem recuperados por meio de uma transação de venda, em vez de por meio de uso contínuo. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o grupo de ativo ou de alienação estiver disponível para venda imediata na sua condição atual. A administração deve comprometer-se com a venda dentro de um ano a partir da data de sua classificação.

Na demonstração consolidado do resultado do exercício corrente e exercício anterior, as receitas e despesas de operações descontinuadas são divulgadas em separado das demais receitas e despesas, depois da rubrica de lucro após impostos, mesmo quando a Controladora detiver participação não controlada após a venda. O lucro ou prejuízo resultante (após os impostos) é divulgado separadamente na demonstração do resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, os ativos não são depreciados ou amortizados.

Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. As atividades das entidades no exterior são executadas como extensão da controladora, logo a moeda funcional da Companhia é o Real (R\$).

i. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em

10.5 - Políticas contábeis críticas

moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

Antes de 1º de janeiro de 2009, a Companhia tratou o ágio e quaisquer ajustes ao valor justo efetuados nos valores contábeis de ativos e passivos oriundos da aquisição como ativos e passivos da controladora. Portanto, esses ativos e passivos já estão expressos na moeda adotada para apresentação das demonstrações financeiras ou representam itens não monetários, não havendo, conseqüentemente, diferenças de conversão.

ii. Empresas do Grupo

Para as controladas localizadas no exterior, os seus ativos e passivos monetários são convertidos de sua moeda funcional para Reais, utilizando a taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços.

Reconhecimento de receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

Os critérios específicos, a seguir, devem ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos: A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Prestação de serviços: As receitas de prestações de requalificação de recipientes para Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, separação e classificação de vasilhames vazios de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP são reconhecidas contra a prestação dos mesmos e pela devolução do produto ao requisitante do serviço, ou à medida que o serviço é prestado.

Receita de juros: Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Impostos

Impostos sobre as vendas: As receitas de vendas e serviços estão sujeitos aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: (i) Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI): depende da classificação fiscal de cada produto industrializado, prevalecendo à alíquota de 5% a 10%; (ii) Programa de Integração Social (PIS): sistemática de cálculo não cumulativo a alíquota de 1,65%; (iii) Contribuição para Financiamento de Seguridade Social (COFINS): sistemática de cálculo não cumulativo a alíquota de 7,60%; (iv) Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço (ICMS): sistemática de cálculo não cumulativo alíquota: 18% ou 17% (quando operação for interna), e 7% ou 12% (quando

10.5 - Políticas contábeis críticas

operação for interestadual); e (v) Imposto sobre Serviços (ISS): depende das normas de cada Município e do tipo de serviços, prevalecendo à alíquota de 2% a 5%.

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.
- quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Imposto de renda e contribuição social – correntes: Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 mil no exercício de 12 meses, e a contribuição social é calculada a alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Impostos diferidos: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos, e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o exercício da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente do patrimônio líquido é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

Na aplicação das práticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também, em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Operações descontinuadas

Em 3 de setembro de 2012, a Mangels alienou negócio de Galvanização para a empresa Armco Staco S/A Indústria Metalúrgica.

A Companhia decidiu também descontinuar as atividades de têmpera, relaminação, decapagem e centro de serviços de aço, realizada na fábrica localizada em São Bernardo do Campo – SP, conforme fato relevante divulgado em 10 de dezembro de 2012.

Adicionalmente o negócio de estamperia destinado ao mercado de montadoras, desenvolvida na Unidade de Cilindros em Três Corações – MG, foi descontinuado a partir de 31 de dezembro de 2012.

Assim, todo o ativo imobilizado da fábrica de São Bernardo do Campo, bem como o da estamperia para montadoras, foi classificado como disponível para venda.

A Companhia considerou que a descontinuidade dos negócios satisfizeram os critérios para ser classificada como mantida para venda na referida data pelos seguintes motivos:

- Os ativos estão disponíveis para venda imediata, podendo ser vendida a um potencial comprador no seu estado atual.
- A Companhia tem plano para venda destes ativos e iniciou negociações preliminares com potenciais compradores, tendo inclusive recebido proposta vinculante para parte dos equipamentos.
- A Companhia espera que as negociações sejam finalizadas, e a venda de todos os ativos concluída até meados de 2014.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na Nota Explicativa 14.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

A Companhia apresenta prejuízos fiscais e bases negativas a compensar em 31 de dezembro de 2012 no valor de R\$ 121.055 (em 31 de dezembro de 2011 era de R\$63.800), no seu balanço consolidado. Esses prejuízos se referem ao histórico de prejuízos da controladora e de suas controladas, estas não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte do grupo. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal.

Em decorrência da expectativa de realização futura, a Companhia deixou de reconhecer impostos diferidos ativos no montante de R\$ 49.612 e aplicou os conceitos de ajuste a valor presente das projeções da Companhia. Para mais detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota Explicativa 24.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Custos de Desenvolvimento

A capitalização inicial de custos é baseada no julgamento da administração de que a viabilidade tecnológica e econômica será confirmada, geralmente quando um projeto de desenvolvimento de produto tenha alcançado um determinado ponto seguindo um modelo estabelecido de gestão de projeto. Ao determinar os valores a ser capitalizada, a administração adota premissas sobre a geração futura de caixa esperada do projeto, taxas de desconto a serem aplicadas e o período esperado dos benefícios. Em 31 de dezembro de 2012, o valor contábil dos custos de desenvolvimento capitalizados era de R\$ 547.

Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas.

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.

A Companhia está em fase de reestruturação de todos os seus controles internos, adequando os já existentes com a realidade atual da empresa, entretanto conta com o departamento de Auditoria Interna, que avalia constantemente o sistema de controles internos de forma a garantir a segurança de suas operações e seus registros contábeis.

A Companhia também investe em tecnologia e capacitação de pessoal difundindo a importância da cultura de controle interno, contando com o envolvimento de todas as áreas, com o objetivo de mitigar perdas potenciais advindas de exposição a riscos e atender as melhores práticas de Governança Corporativa.

Com base nos relatórios periódicos da Auditoria Interna a Companhia julga que seu ambiente de controles internos é suficientemente confiável para impedir erros materiais em suas demonstrações financeiras. O ambiente de controles internos inclui as funções de governança e de administração e as atitudes, consciência e ações dos responsáveis pela governança e pela administração.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

Não foram registradas deficiências, mas recomendações de melhorias que a Administração avaliou e colocará em prática. Importante ressaltar que a Administração entende, com base no relatório da auditoria externa, que o grau de eficácia dos controles internos é adequado e que não comprometem as Demonstrações Financeiras da Empresa.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não se aplica

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- a. **Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos.**
Não se aplica
- b. **Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos.**
Não se aplica
- c. **Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.**
Não se aplica
- d. **Contratos de construção não terminada.**
Não se aplica
- e. **Contratos de recebimentos futuros de financiamentos.**
Não se aplica
- f. **Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.**
Não se aplica

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. **Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.**

Não se aplica

b. **Natureza e o propósito da operação.**

Não se aplica

c. **Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.**

Não se aplica

10.10 - Plano de negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Investimentos em 2012:

A empresa nos últimos dois anos investiu R\$102,1 milhões (R\$64,2 milhões em 2010 e R\$37,9 milhões em 2011), investimentos estes voltados principalmente para aquisição e construção de requalificadoras de botijões e em equipamentos que visaram melhorias produtivas e aumento da capacidade produtiva do negócio de Rodas.

Os investimentos neste ano foram de R\$14,9 milhões destinados a complementação dos projetos iniciados em 2011, manutenção e aquisição de um forno para tratamento térmico para a Unidade de Rodas.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamento destes investimentos foram a própria Geração de Caixa, o DEG/FMO, FINAME – BNDES, Financiamento de Importação - FINIMP, Banco do Brasil S.A.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Não se aplica

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não se aplica.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não se aplica.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Todos os fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Empresa foram abordados nos itens anteriores.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

A Empresa não divulgará projeções.

Premissas de investimentos: a Companhia tem como foco investimentos em negócios onde já é líder de mercado. Assim, tem como objetivo investir na melhoria e aumento de sua capacidade produtiva, visando à consolidação de sua posição de liderança no mercado e consequente o seu fortalecimento financeiro.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

A Empresa não divulgará projeções.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

O Estatuto Social prevê que são órgãos administrativos da Empresa o Conselho de Administração e a Diretoria. O Conselho de Administração é órgão de deliberação colegiada, sendo a representação da Empresa privativa dos Diretores.

Os prazos dos mandatos do Conselho de Administração e da Diretoria são de 02 (dois) e 01 (um) ano, respectivamente, mas se estendem até a investidura dos novos membros eleitos. São admitidas reeleições.

Conselho de Administração: O Conselho de Administração é constituído de 3 (três) a 9 (nove) membros, eleitos pela Assembléia Geral e reunir-se-á, no mínimo, a cada 3 (três) meses.

Compete ao Conselho de Administração: a) fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade; b) eleger e destituir os Diretores; c) fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Sociedade; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração; e qualquer outro ato; d) pelo seu Presidente, convocar a Assembléia Geral quando julgar conveniente, ou nos casos legais; e) manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria; f) escolher e destituir os auditores independentes; g) deliberar sobre a instalação ou supressão de depósitos ou filiais, no país ou no exterior; h) autorizar a Diretoria: h.1 - a contratar empréstimos junto a instituições financeiras oficiais ou privadas e de modo especial, junto a qualquer Carteira do Banco do Brasil S.A. ou do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; h.2 - a constituir garantias reais sobre bens imóveis, móveis e semoventes; h.3 - a prestar fiança e/ou aval em favor de outras empresas direta ou indiretamente controladas pela Mangels Industrial S.A.; h.4 - a adquirir ou a alienar participações em outras empresas. Esta autorização não é necessária para aplicação com incentivos fiscais que de outra forma seria desembolsada no pagamento de impostos; h.5 - a exercer o direito de voto nas Assembléias Gerais das sociedades controladas e das subsidiárias integrais, indicando, ainda, a orientação geral dos negócios dessas sociedades; h.6 - a negociar com as ações de emissão da Sociedade, para alienação, cancelamento ou permanência em tesouraria e demais casos, desde que previstos em lei; h.7 - a emitir notas promissórias para distribuição pública (commercial papers).

Nos termos do parágrafo terceiro do artigo 32 do Estatuto Social, o Conselho de Administração poderá deliberar o pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio e imputar os valores creditados ou pagos a esse título ao valor do dividendo obrigatório previsto no artigo 32 do Estatuto Social.

Diretoria: A Diretoria é constituída de 1 (um) Diretor Presidente e até mais 6 (seis) Diretores, sendo 1 (um) designado Diretor de Finanças, Administração e Relações com Investidores e os demais Diretores sem designação específica, todos eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pelo Conselho de Administração.

Compete à Diretoria: a) deliberar sobre a instalação ou supressão de filiais ou depósitos; b) apresentar à Assembléia Geral o relatório anual e as demonstrações financeiras de cada exercício, depois de submetidos ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, quando instalado; c) resolver os casos extraordinários que não sejam da competência da Assembléia Geral, ou do Conselho de Administração.

Quando previamente autorizada pelo Conselho de Administração poderá a Diretoria, praticar os seguintes atos: a) a contratar empréstimos junto a instituições financeiras oficiais ou privadas e de modo especial, junto a qualquer Carteira do Banco do Brasil S.A. ou do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; b) a constituir garantias reais sobre bens imóveis, móveis e semoventes; c) a prestar fiança e/ou aval em favor de outras empresas direta ou indiretamente controladas pela Mangels Industrial S.A.; d) a adquirir ou a alienar participações em outras empresas. Esta autorização não é necessária para aplicação com incentivos fiscais que de outra forma seria desembolsada no pagamento de impostos; e) a exercer o direito de voto nas

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Assembléias Gerais das sociedades controladas e das subsidiárias integrais, indicando, ainda, a orientação geral dos negócios dessas sociedades; f) a negociar com as ações de emissão da Sociedade, para alienação, cancelamento ou permanência em tesouraria e demais casos, desde que previstos em lei; g) a emitir notas promissórias para distribuição pública (commercial papers).

Nos termos do artigo 33 do Estatuto Social poderá a Diretoria: a) levantar balanços semestrais no dia 30 de junho de cada ano, observando, em tal hipótese, as mesmas normas definidas no artigo anterior; b) levantar balanços e distribuir dividendo em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; c) declarar dividendo intermediário à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

A Sociedade será representada por qualquer Diretor nos seguintes atos: a) endosso de cheques em favor de instituições financeiras, para crédito em conta de depósito da Sociedade; b) endosso de duplicatas em favor de instituições financeiras para o efeito de simples cobrança; c) representação perante qualquer Repartição Pública Federal, Estadual e Municipal, Carteiras do Banco do Brasil S.A., Conselho de Política Aduaneira, Delegacias da Receita Federal, Autarquias e Correios e Telégrafos, para fins administrativos; d) representação perante a Justiça do Trabalho e Sindicatos, inclusive para matéria de admissão, suspensão e demissão de empregados e/ou acordos trabalhistas.

Compete, privativamente: a) ao Diretor Presidente: a.1) representar a Sociedade, ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, especialmente para prestar depoimento pessoal, sendo-lhe facultado constituir procurador especial para representá-lo nesse procedimento, na forma do artigo 25, parágrafo segundo, supra; a.2) presidir as reuniões da Diretoria usando do voto de qualidade no caso de empate nas suas deliberações, sendo que, na sua ausência, a presidência da reunião poderá ser exercida e o voto de qualidade poderá ser proferido pelo Diretor de Finanças, Administração e Relações com Investidores; a.3) dirigir e superintender todas as atividades sociais com a colaboração dos demais Diretores; a.4) transigir sobre qualquer assunto judicial ou extrajudicial; a.5) orientar e executar o planejamento estratégico da Sociedade, bem como definir a política e diretrizes de recursos humanos; a.6) responder pela área financeira; a.7) superintender todas as atividades sociais com a colaboração dos demais Diretores; e a.8) supervisionar as áreas específicas de atuação dos demais Diretores; b) a cada um dos Diretores responder pelas áreas específicas designadas pelo Diretor Presidente.

Conselho Fiscal: O Conselho Fiscal é órgão não permanente, que só será instalado pela Assembléia Geral a pedido de acionistas, na conformidade legal, e, quando instalado, será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros e suplentes em igual número.

O Conselho Fiscal foi instalado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30/04/2013, e, tem por atribuição: a) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; b) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembléia-geral; c) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembléia-geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; d) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da empresa, à assembléia-geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à empresa; e) convocar a assembléia-geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembléias as matérias que considerarem necessárias; f) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela empresa; g) examinar as demonstrações

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

financeiras do exercício social e sobre elas opinar; h) exercer essas atribuições, durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

Nos termos do artigo 10 do Estatuto Social da Empresa a Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, em um dos 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social; e extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente ou pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, ou pelo Diretor Presidente, ou nos casos legais.

Anualmente, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social a Assembléia Geral Ordinária deve: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; c) eleger os administradores, quando for o caso, d) fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, cabendo ao primeiro deliberar a forma de distribuição do valor fixado entre seus membros e os da Diretoria.

A Assembléia Geral será instalada por qualquer administrador da Empresa que nela esteja presente. Em seguida, os acionistas elegerão o Presidente da Assembléia Geral, o qual convidará outro dos presentes para secretariar os trabalhos.

As Assembléias Gerais da Empresa são convocadas mediante anúncio publicado por 3 vezes no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico, sendo a 1ª publicação no mínimo 15 dias antes da realização da Assembléia Geral.

Os documentos relativos às matérias que serão deliberadas nas assembleias gerais ficam à disposição dos acionistas na sede da Empresa, na Rua Verbo Divino, 1488, 6º andar, cj. 61A, Chácara Santo Antonio, no município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04719-904, e nos endereços eletrônicos da Empresa www.mangels.com.br, da CVM www.cvm.gov.br e da BM&F Bovespa www.bmfbovespa.com.br.

Eventuais conflitos de interesses de acionistas serão administrados caso a caso e em conformidade com o ordenamento legal.

Para comprovar a qualidade de acionista e participar da Assembléia, os Acionistas devem observar as disposições previstas no art. 126 da Lei 6404/76, apresentando: (i) comprovante da qualidade de acionista da Empresa expedido pela instituição financeira depositária; (ii) se pessoa física, cópia do documento de identidade; e (iii) se pessoa jurídica, cópia de estatuto/contrato social, cópia de ata de eleição dos administradores, ambos devidamente registrados no órgão competente, e cópia de documento de identidade do administrador que se fará presente. Se forem representados por procuradores, além dos documentos anteriormente informados, devem, igualmente, apresentar o respectivo instrumento de outorga de poderes de representação e cópia do documento de identidade do procurador. Se pessoa física ou jurídica domiciliada no exterior, todos os documentos devem ser traduzidos e legalizados perante o Consulado brasileiro em seu país de domicílio. Todas as cópias devem ser autenticadas e todas as assinaturas originais com firmas reconhecidas. Não é admitida procuração outorgada por meio eletrônico.

A Empresa não mantém fóruns e páginas na Internet para receber e compartilhar informações e comentários sobre as pautas das assembleias e não há mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas. Não há transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2012	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP - SP	20/03/2013
		Valor Econômico - SP - SP	20/03/2013
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP - SP	13/04/2013
			16/04/2013
			17/04/2013
		Valor Econômico - SP - SP	15/04/2013
			16/04/2013
17/04/2013			
31/12/2011	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	27/03/2012
		Valor Econômico - SP - SP	27/03/2012
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP - SP	12/04/2012
			13/04/2012
			14/04/2012
		Valor Econômico - SP - SP	12/04/2012
			13/04/2012
16/04/2012			
31/12/2010	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	27/03/2012
		Diário Oficial do Estado SP - SP	30/03/2011
		Valor Econômico - SP - SP	30/03/2011
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP - SP	14/04/2011
			15/04/2011
			16/04/2011
		Valor Econômico - SP - SP	14/04/2011
			15/04/2011
16/04/2011			

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

Conforme Estatuto Social da Companhia o Conselho de Administração é constituído de 3 (três) a 9 (nove) membros, eleitos pela Assembléia Geral. O Conselho de Administração, em sua primeira reunião, designará o Presidente do mesmo órgão e, quando entender necessário, também seu Vice-Presidente, se essas indicações não tiverem sido feitas pela Assembléia Geral.

Os mandatos dos membros do Conselho de Administração da Companhia eleitos na AGO realizada em 27/04/12 se encerrarão na Assembléia Geral Ordinária que apreciar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social que se encerrará em 31/12/2013.

O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir-se-ão reciprocamente, nos seus impedimentos ou faltas, não prevalecendo com relação a eles o disposto no parágrafo seguinte.

Além dos casos de morte, renúncia, interdição ou impedimento, impossibilidade ou incapacidade permanentes de exercer as funções, considerar-se-á vago o cargo de membro do Conselho de Administração que, sem causa justificada, deixar de participar de mais de 2 (duas) de suas reuniões, consecutivamente.

Ocorrendo vaga no Conselho de Administração, deverá ser convocada Assembléia Geral Extraordinária para deliberar sobre o respectivo provimento no prazo de até 30 (trinta) dias.

As substituições previstas nos parágrafos anteriores implicarão na acumulação das funções e do direito de voto, mesmo o de qualidade, nas reuniões do Conselho de Administração, mas não na dos honorários e demais vantagens do substituído.

O Conselho de Administração reunir-se-á, no mínimo, a cada 3 (três) meses, por convocação de seu Presidente ou de seu Vice - Presidente, ou do Diretor Presidente, com 10 (dez) dias de antecedência, dispensando-se esse interregno quando participar da reunião a totalidade de seus membros.

As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pela maioria dos membros desse órgão e, no caso de empate, o seu Presidente, ou na sua ausência ou impedimento o seu Vice-Presidente, usará do voto de qualidade.

Os membros do Conselho de Administração poderão participar da reunião por intermédio de conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio que permita que todos os Conselheiros possam ver e/ou ouvir uns aos outros e, nesse caso, serão considerados presentes à mesma, devendo, logo após o término da reunião, confirmar seu voto por carta, e-mail ou fax, encaminhado ao Presidente do Conselho ou, em se tratando do Presidente, ao Vice-Presidente do Conselho, e assinar a respectiva ata na primeira reunião subsequente que contar com a presença física de seus membros.

Exceto o Presidente e o Vice-Presidente, cada um dos demais membros do Conselho de Administração terá o direito de credenciar um de seus pares por carta, telegrama, ou telefax, a fim de representá-lo nas reuniões do Conselho de Administração, seja para a formação do "quorum", seja para a votação; e igualmente, são admitidos votos por carta, telegrama, ou telefax quando recebidos na sede social, até o momento da reunião.

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

O Conselho de Administração tem a faculdade de convidar para participar de suas reuniões, mas sem direito a voto, qualquer membro da Diretoria que não seja membro do Conselho de Administração.

Eventuais conflitos de interesses de membros do Conselho de Administração serão administrados caso a caso e em conformidade com o ordenamento legal.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Não há cláusula compromissória no Estatuto Social para resolução de conflitos entre acionistas e entre estes e a Companhia por meio de arbitragem.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Ernesto Nestor Gianini Junior	39	Pertence apenas à Diretoria	02/12/2013	30/04/2014
159.944.298-13	Administrador	Diretor de Recursos Humanos	02/12/2013	Sim
Robert Max Mangels	62	Pertence apenas à Diretoria	28/10/2013	30/04/2014
939.718.508-04	Industrial	12 - Diretor de Relações com Investidores	28/10/2013	Sim
Presidente do C.A. e Diretor Presidente				
Mark Ross Mangels	57	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2012	30/04/2014
939.718.428-87	Engenheiro Mecânico	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	27/04/2012	Sim
Susan Jane Mangels Cox	52	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2012	30/04/2014
011.652.288-74	Professora	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/04/2012	Sim
Robert Max Mangels	62	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	27/04/2012	30/04/2014
939.718.508-04	Industrial	30 - Presidente do C.A. e Diretor Presidente	27/04/2012	Sim
Luiz Orlando Caiuby Novaes	60	Conselho Fiscal	30/04/2013	30/04/2014
755.718.628-15	Administrador	44 - C.F.(Efetivo)Eleito p/preferencialistas	30/04/2013	Não
Daniel Magalhaes	34	Conselho Fiscal	30/04/2013	30/04/2014
278.969.408-76	Administrador	47 - C.F.(Suplent)Eleito p/preferencialistas	30/04/2013	Não
Roberto Alves da Silva	51	Conselho Fiscal	30/04/2013	30/04/2014
012.921.648-83	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/04/2013	Sim
Julio Flávio Pipolo	51	Conselho Fiscal	30/04/2013	30/04/2014
028.519.238-89	Advogado	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/04/2013	Sim
Geraldo Vieira dos Santos	60	Conselho Fiscal	30/04/2013	30/04/2014

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador

Outros cargos e funções exercidas no emissor				
446.597.338-15	Contador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/04/2013	Sim
José Alcides Montes Filho	47	Conselho Fiscal	30/04/2013	30/04/2014
064.676.268-00	Advogado	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/04/2013	Sim

Presidente do C.A. e Diretor Presidente

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Ernesto Nestor Gianini Junior - 159.944.298-13

Graduado em Administração de Empresas pela Universidade de Araraquara UNIARA, MBA em Gestão Empresarial pelo Instituto Nacional de Pós Graduação INPG de São Paulo, é Black Belt Certificado pela Fundação Vanzoline e Global Productivity Solutions. Possui experiência de gestão em empresas dos setores de autopeças, GLP, Metalúrgica e de Sistemas de Gestão Integrados. Trabalhou na Consigaz Distribuidora de GLP, ZF do Brasil, WCA Consultoria e Microsiga S/A. Nada consta relativo aos eventos a que se refere a letra "b" do item 12.8 do Formulário de Referência (art. 10 da Instrução CVM 481/09).

Robert Max Mangels - 939.718.508-04

Robert Max Mangels - 939.718.508-04

Diretor-Presidente desde 1989 e Presidente do Conselho de Administração desde 1991, ingressou na Mangels em 1978. É neto do fundador. Engenheiro mecânico formado pela Pennsylvania State University, com Mestrado em Administração de Empresas (MBA) pela Wharton School University of Pennsylvania. Foi Diretor-Financeiro da Empresa de 1985 a 1989, passando por vários cargos executivos, entre eles Diretor-Administrativo-Financeiro da Divisão Aços e Superintendente da Divisão Laminação de Baixo Carbono. Nada consta relativo aos eventos a que se refere a letra "b" do item 12.8 do Formulário de Referência (art. 10 da Instrução CVM 481/09).

Mark Ross Mangels - 939.718.428-87

Presidente e Diretor Financeiro da BeCool Inc., Essexville, Michigan, EUA. Engenheiro Mecânico pela Faculdade de Engenharia Industrial FEI e pós-graduado em Administração de Empresas na Getúlio Vargas – CEAG. Trabalhou em diversas empresas, entre elas: Empresa de Engenharia Industrial Sobenial/Planind, Coldex Trane com treinamento de 8 meses em La Crosse WI - EUA, Caterpillar Brasil Vendas/Marketing com treinamento de 2 anos em Peoria IL EUA e como Gerente de Vendas na Mangels Industrial por 11 anos e durante 4 anos gerenciou a filial nos EUA. Proprietário de uma loja de franquias Learning Express em Nova Jersey por 5 anos e em Chandler Arizona por 3 anos. Presidente da Be Cool por 7 anos. Be Cool Inc.: empresa de distribuição e marketing de radiadores e acessórios no mercado automotivo para veículos antigos. Vice Presidente do Conselho de Administração da Mangels Industrial S.A. Nada consta relativo aos eventos a que se refere a letra "b" do item 12.8 do Formulário de Referência (art. 10 da Instrução CVM 481/09).

Susan Jane Mangels Cox - 011.652.288-74

Professora. Bachelor of Science in Education da Miami University, Oxford, Ohio. Trabalhou em diversas escolas, tais como: St. Nicholas School - São Paulo, Brasil; Yew Chung International School - Hong Kong, China; Escola Graduada de São Paulo - São Paulo, Brasil; Four Seasons - Hamamatsu, Japão; Associação Alumni - São Paulo, Brasil; International School of Bucharest – România; English School Fahaheel – Kuwait. Membro do Conselho de Administração da Mangels Industrial S.A. Nada consta relativo aos eventos a que se refere a letra "b" do item 12.8 do Formulário de Referência (art. 10 da Instrução CVM 481/09).

Luiz Orlando Caiuby Novaes - 755.718.628-15

Executivo sênior graduado em administração de empresas com experiência internacional em empresas de logística, meio ambiente, aços, autopeças e bens de consumo. Experiência em turn around, start ups e relações com governo. Desde 2005 trabalha na IT SCS Logística e Distribuição Ltda.

Daniel Magalhaes - 278.969.408-76

Profissional do mercado financeiro graduado em administração de empresas com 10 (dez) anos de experiência na gestão de recursos, nas áreas de back-office, operacional e administrativa-gerencial. Trabalha na Perimeter Asset Management – Gestora de Recursos, desde agosto de 2002, ocupando atualmente o cargo de gerente geral.

Roberto Alves da Silva - 012.921.648-83

Contador formado pela Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo, com especialização em controladoria pela Fundação Getúlio Vargas. Trabalhou em firma internacional de auditoria independente, bem como nas áreas de auditoria interna e de controladoria de grandes grupos industriais. Atualmente é sócio e administra firma de contabilidade. Membro do Conselho Fiscal da Mangels Industrial S.A. Nada consta relativo aos eventos a que se refere a letra "b" do item 12.8 do Formulário de Referência (art. 10 da Instrução CVM 481/09).

Julio Flávio Pipolo - 028.519.238-89

Advogado, formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Direito Tributário pela PUC-SP e especialização em Administração de Empresas na Fundação Getúlio Vargas. Membro do Conselho Fiscal da Mangels Industrial S.A. Nada consta relativo aos eventos a que se refere a letra "b" do item 12.8 do Formulário de Referência (art. 10 da Instrução CVM 481/09).

Geraldo Vieira dos Santos - 446.597.338-15

Contador e Administrador de Empresas, com cursos na área de Controladoria. Exerceu vários cargos nas áreas administrativas e financeiras de empresas privadas. Hoje é sócio da empresa G.V.S. Consultoria Empresarial e Informática Ltda. Prestando serviços de consultoria em gestão empresarial, organização e métodos; processos e execução de sistemas funcionais e operacionais na GJP Participações S/A. Nada consta relativo aos eventos a que se refere a letra "b" do item 12.8 do Formulário de Referência (art. 10 da Instrução CVM 481/09).

José Alcides Montes Filho - 064.676.268-00

Advogado, formado em direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, palestrante. É sócio da Peixoto e Cury Advogados. Nada consta relativo aos eventos a que se refere a letra "b" do item 12.8 do Formulário de Referência (art. 10 da Instrução CVM 481/09).

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nao se aplica a empresa.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	--	------	---

Administrador do emissor ou controlada

Robert Max Mangels	939.718.508-04	Mangels Industrial S/A	61.065.298/0001-02	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração				

Pessoa relacionada

Mark Ross Mangels	939.718.428-87	Mangels Industrial S.A	61.065.298/0001-02	
Vice Presidente do Conselho de Administração				

Observação**Administrador do emissor ou controlada**

Robert Max Mangels	939.718.508-04	Mangels Industrial S.A	61.065.298/0001-02	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração				

Pessoa relacionada

Susan Jane Mangels Cox	011.652.288-74	Mangels Industrial S.A	61.065.298/0001-02	
Conselheira do Conselho de Administração				

Observação

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2012Administrador do Emissor

Robert Max Mangels
Diretor Presidente e Presidente do Conselho do Conselho de Administração

939.718.508-04

Controle

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Mangels S/A
Diretor Presidente

50.604.750/0001-40

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Robert Max Mangels
Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração

939.718.508-04

Controle

Controlada Indireta

Pessoa Relacionada

Shorewood S/A
Diretor Presidente

05.629.235/0001-60

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Robert Max Mangels
Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração

939.718.508-04

Controle

Controlada Indireta

Pessoa Relacionada

Tecnopar S/A
Diretor Presidente

53.854.394/0001-01

ObservaçãoAdministrador do Emissor

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Susan Jane Mangels Cox Conselheira do Conselho de Administração	011.652.288-74	Controle	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada Shorewood S/A Diretora	05.629.235/0001-60		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Mark Ross Mangels Vice Presidente do Conselho de Administração	939.718.428-87	Controle	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada Shorewood S/A Diretor	05.629.235/0001-60		
Observação			
<hr/>			
Exercício Social 31/12/2011			
Administrador do Emissor Robert Max Mangels Diretor Presidente e Presidente do Conselho do Conselho de Administração	939.718.508-04	Controle	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada Tecnopar S/A Diretor Presidente	53.854.394/0001-01		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Susan Jane Mangels Cox	011.652.288-74	Controle	Controlada Indireta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Conselheira do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Shorewood S/A	05.629.235/0001-60		
Diretora			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Mark Ross Mangels	939.718.428-87	Controle	Controlada Indireta
Vice Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Shorewood S/A	05.629.235/0001-60		
Diretor			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Robert Max Mangels	939.718.508-04	Controle	Controlada Indireta
Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Shorewood S/A	05.629.235/0001-60		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Robert Max Mangels	939.718.508-04	Controle	Controlador Direto
Diretor Presidente e Presidente do Conselho do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	08.470.524/0001-58		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------	----------	---	----------------------------

Diretor Presidente

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Robert Max Mangels

939.718.508-04

Controle

Controlador Direto

Diretor Presidente e Presidente do Conselho do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

E Koga & Cia Ltda.

01.538.457/0001-17

Diretor Presidente

Observação**Exercício Social 31/12/2010**Administrador do Emissor

Robert Max Mangels

939.718.508-04

Controle

Controlada Indireta

Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Mangels Componentes da Amazônia Ltda.

08.470.524/0001-58

Diretor Presidente

Observação

Não houve alteração de subordinação nos exercícios de 2009 e 2008

Administrador do Emissor

Robert Max Mangels

939.718.508-04

Controle

Controlada Direta

Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

MANGELS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

17.958.315/0001-49

Diretor Presidente

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Não houve alteração de subordinação nos exercícios de 2009 e 2008			

Administrador do Emissor			
Robert Max Mangels Diretor Presidente e Presidente do Conselho do Conselho de Administração	939.718.508-04	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Mangels S.A. Diretor Presidente	50.604.750/0001-40		
Observação			
Não houve alteração de subordinação nos exercícios de 2009 e 2008			

Administrador do Emissor			
Robert Max Mangels Diretor Presidente e Presidente do Conselho do Conselho de Administração	939.718.508-04	Controle	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Tecnopar S.A. Diretor Presidente	53.854.394/0001-01		
Observação			
Não houve alteração de subordinação nos exercícios de 2008 e 2007 Não houve alteração de subordinação nos exercícios de 2008 e 2007 Não houve alteração de subordinação nos exercícios de 2008 e 2007 Não houve alteração de subordinação nos exercícios de 2009 e 2008 Não houve alteração de subordinação nos exercícios de 2008 e 2007			

Administrador do Emissor			
Susan Jane Mangels Cox Conselheira do Conselho de Administração	011.652.288-74	Controle	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Shorewood S.A	05.629.235/0001-60		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Diretora			
Observação			
Não houve alteração de subordinação nos exercícios de 2009 e 2008			

Administrador do Emissor			
Mark Ross Mangels Vice Presidente do Conselho de Administração	939.718.428-87	Controle	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Shorewood S.A Diretor	05.629.235/0001-60		
Observação			

Administrador do Emissor			
Robert Max Mangels Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração	939.718.508-04	Controle	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Shorewood S.A Diretor Presidente	05.629.235/0001-60		
Observação			
Não houve alteração de subordinação nos exercícios de 2009 e 2008			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Empresa tem seguro de responsabilidade civil para Diretores e Administradores com as seguintes coberturas:

- Cobertura Mundial
- Condições Gerais – D&O – Itaú Unibanco
- Indenização das Perdas das Pessoas Físicas
- Reembolso à Sociedade
- Representações relacionadas a procedimentos extrajudiciais
- Reclamações referentes ao mercado aberto de capitais
- Conselheiros e diretores de entidade sem fins lucrativos
- Herdeiros, representantes legais e de espólio
- Responsabilidade solidária de bens
- Despesas de defesa em procedimentos extrajudiciais contra os Segurados
- Cobertura “Claims Made com Notificação”
- Prazo Complementar para apresentação de Reclamações, correspondente a 100% da Importância Segurada da última apólice vigente, pelo período de 03 anos sem pagamento de prêmio adicional
- Direito de aquisição de prazo suplementar de 1 ano, correspondente 100% da Importância Segurada da última apólice vigente, mediante o pagamento de prêmio correspondente a 75% da última apólice vigente.
- Retroatividade Ilimitada para Fatos Geradores desconhecidos pelo Tomador e/ou pelos(s) segurado(s) anteriores ao início da vigência da apólice

Cargos que os membros do Conselho de Administração ocupam no conselho de administração, conselho fiscal, comitês e órgãos executivos de outras sociedades e entidades:

ROBERT MAX MANGELS – É Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração da Mangels Industrial S.A. É Diretor Presidente das controladoras da Mangels Industrial S.A.: Shorewood S.A., Tecnopar Administradora S.A. e Mangels S.A. e das controladas, Mangels Componentes da Amazônia Ltda. É administrador das controlada E.Koga & Cia. Ltda.

MARK ROSS MANGELS – Presidente e Diretor Financeiro da BeCool Inc., Essexville, Michigan, EUA. Vice Presidente do Conselho de Administração da Mangels Industrial S.A.

SUSAN JANE MANGELS COX - Membro do Conselho de Administração da Mangels Industrial S.A. e diretora de sua controladora, Shorewood S.A.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

A Companhia mantém prática de monitorar periodicamente o mercado, através de pesquisas salariais, de modo a adotar uma política de remuneração compatível com os mercados nacional, regional e setorial. A prática de remuneração dos Administradores leva em conta as responsabilidades de cada órgão, o tempo dedicado às respectivas funções, a competência e reputação profissional, o valor dos serviços no mercado e as qualificações. A prática da remuneração objetiva é atrair e manter profissionais qualificados, capazes de contribuir para a obtenção de resultados e desenvolvimento dos planos estratégicos da Companhia.

b. Composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem honorários fixos mensais em linha com as melhores práticas de mercado e em conformidade com a mediana de mercado. Os membros da Diretoria recebem parte da remuneração correspondente a um valor fixo mensal e parte em remuneração variável, adiante pormenorizada.

A remuneração dos administradores em cada um dos órgãos se dá da seguinte forma:

a) Conselho de Administração: os membros do Conselho de Administração recebem, a título de honorários, 12 (doze) remunerações por ano, observando o montante global anual fixado pela Assembléia e individualizado pelo Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração que são Diretores são remunerados apenas na função de Diretor.

b) Diretoria:

(b.1) os membros da Diretoria estatutária recebem 12 (doze) remunerações por ano, a título de honorários, observando o montante global anual fixado pela Assembléia e individualizado pelo Conselho de Administração. Diretores que forem membros do Conselho de Administração são remunerados apenas na função de Diretor.

Os Diretores estatutários, além dos honorários mensais, recebem um valor a título de remuneração variável.

O Programa de remuneração variável está estruturado da seguinte forma:

SRV – Sistema de Remuneração Variável:

– Atingimento mínimo de 80% do Indicador Financeiro da Mangels para ser considerado elegível.

– No SRV existem 03 indicadores:

- Indicador financeiro Mangels consolidado
- Indicador financeiro do Negócio
- Metas Individuais

(b.2) Os membros da Diretoria não estatutária recebem 13 (treze) remunerações por ano, incluindo o 13º salário. Diretores que forem membros do Conselho de Administração são remunerados apenas na função de Diretor.

Os diretores não estatutários, além do salário mensal, recebem um valor a título de remuneração variável, conforme Programa descrito no item (b.1) anterior.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

c) Conselho Fiscal: a remuneração anual global dos membros do Conselho Fiscal não é inferior a 10% da que, em média, for atribuída a cada Diretor, não computado verbas de representação. A Companhia reembolsa os conselheiros fiscais, de todas as despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho de suas funções.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Da remuneração total dos Diretores reconhecida em 2012, 96% corresponde a honorários fixos e 4% a remuneração variável.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O valor da remuneração fixa e a política de remuneração variável são periodicamente comparadas com o mercado através de pesquisas conduzidas por consultoria especializada e ajustados quando necessário.

Regra geral a remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal é reajustada anualmente ou, em prazo menor se assim as condições da empresa e de mercado permitirem. A diretoria estatutária é reajustada uma vez por ano por ocasião da revisão salarial de mercado elaborada pela Hay Group.

A remuneração da Diretoria não estatutária é reajustada duas vezes ao ano:

- a) considerando a data base e o índice de convenção coletiva da categoria sindical correspondente, e
- b) por ocasião da revisão dos valores de mercado elaborado pela Hay Group.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração da Diretoria em fixa e variável estimula o desenvolvimento dos administradores e a melhoria continua dos resultados gerais da empresa. A possibilidade de ganhos acima da média de mercado atrai e retém os profissionais desejados pela Companhia.

C. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A determinação do salário base leva em consideração o valor do cargo medido pelo sistema de avaliação de cargos e os referenciais de mercado.

O indicador financeiro Geração Operacional de Caixa, foi o indicador financeiro considerado em 2012, bem como será considerado em 2013, para determinação da remuneração variável.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Anualmente o Conselho de Administração realiza o planejamento estratégico onde são definidas as metas e desafios para os anos subseqüentes que são desdobrados por toda a organização sob forma de metas das operações de negócios, das divisões e individuais.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Os indicadores escolhidos para determinar os níveis de remuneração dos Diretores são definidos pelo próprio Conselho de Administração assegurando, assim, atendimento aos interesses do emissor.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária***f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos***

A remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal é suportada pela Companhia.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Inexiste qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de evento societário.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2013 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,33	2,00	3,00	11,33
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	753.748,00	2.472.000,00	370.800,00	3.596.548,00
Benefícios direto e indireto	0,00	25.238,00	0,00	25.238,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.856.600,00	0,00	1.856.600,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	753.748,00	4.353.838,00	370.800,00	5.478.386,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2012 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	8,33	2,00	3,00	13,33
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	821.500,00	2.422.800,00	345.672,00	3.589.972,00
Benefícios direto e indireto	0,00	54.148,00	0,00	54.148,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	308.333,00	0,00	308.333,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	821.500,00	2.785.281,00	345.672,00	3.952.453,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2011 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	8,33	2,00	3,00	13,33
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	803.000,00	2.324.400,00	295.416,00	3.422.816,00
Benefícios direto e indireto	0,00	339.129,00	0,00	339.129,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	867.301,00	0,00	867.301,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	803.000,00	3.530.830,00	295.416,00	4.629.246,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2010 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	8,00	2,67	3,00	13,67
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	714.000,00	2.815.100,00	241.944,00	3.771.044,00
Benefícios direto e indireto	0,00	631.219,00	0,00	631.219,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	956.711,00	0,00	956.711,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	714.000,00	4.403.030,00	241.944,00	5.358.974,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Membros do Conselho de Administração e Fiscal não fazem jus a remuneração variável. Os membros do Conselho de Administração que participam também da Diretoria recebem remuneração variável, porém, tal valor será devido, exclusivamente, em razão de serem membros da Diretoria da Empresa.

Remuneração variável no exercício de 2010	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	Não se aplica	2,67	Não se aplica
Em relação ao bônus: . Valor mínimo previsto no plano de remuneração . Valor máximo previsto no plano de remuneração . Valor previsto no plano de remuneração caso as metas fossem atingidas . Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício de 2010		ZERO R\$ 3.161.550 R\$ 2.107.700 R\$ 956.711	
Participação no resultado . Valor mínimo previsto no plano de remuneração . Valor máximo previsto no plano de remuneração . Valor previsto no plano de remuneração caso as metas fossem atingidas . Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício de 2010		- - - -	

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável no exercício de 2011	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	Não se aplica	02	Não se aplica
Em relação ao bônus: . Valor mínimo previsto no plano de remuneração . Valor máximo previsto no plano de remuneração . Valor previsto no plano de remuneração caso as metas fossem atingidas . Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício de 2011		ZERO R\$ 2.655.750 R\$ 1.770.500 R\$ 867.301	
Participação no resultado . Valor mínimo previsto no plano de remuneração . Valor máximo previsto no plano de remuneração . Valor previsto no plano de remuneração caso as metas fossem atingidas . Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício de 2011		- - - -	

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável no exercício de 2012	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	Não se aplica	2,67	Não se aplica
Em relação ao bônus: . Valor mínimo previsto no plano de remuneração . Valor máximo previsto no plano de remuneração . Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas . valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício de 2012		ZERO R\$ 3.110.750 R\$ 2.073.833 R\$ 165.953	
Participação no resultado . Valor mínimo previsto no plano de remuneração . Valor máximo previsto no plano de remuneração . Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas		- - -	

Remuneração variável prevista para 2013	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	Não se aplica	2	Não se aplica
Em relação ao bônus: . Valor mínimo previsto no plano de remuneração . Valor máximo previsto no plano de remuneração . Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas		R\$ Zero R\$ 3.110.750 R\$ 1.856.600	
Participação no resultado . Valor mínimo previsto no plano de remuneração . Valor máximo previsto no plano de remuneração . Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas		- - -	

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Não aplicável, pois a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Ações emitidas pela Empresa e detidas em 31.12.2012		
	Ordinárias	Preferenciais
Conselho de Administração	6	84.502
Diretoria	-	-
Conselho Fiscal	-	-

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, pois a Companhia não possui remuneração baseada em ações.

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não aplicável, pois a Companhia não possui remuneração baseada em ações.

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, pois a Companhia não possui remuneração baseada em ações.

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável, pois a Companhia não possui remuneração baseada em ações.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos administradores informamos:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	Não se aplica	02
Nome do plano		PIM
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar		01
Condições para se aposentar antecipadamente		<ul style="list-style-type: none"> . Ter, no mínimo, 55 anos de idade; . Ter, no mínimo, 10 anos de serviço creditado; . Não optar por permanecer vinculado ao Plano na condição de auto-patrocinado; . Não ter direito à Aposentadoria Normal; . Não optar pela portabilidade.
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até 31.12.12, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores		R\$ 5.089.706
Valor total acumulado das contribuições realizada durante 2012, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores		R\$ 41.509

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nao se aplica a empresa.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não aplicável, pois a Empresa não possui arranjos contratuais, apólices de seguro ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

	2010	2011	2012
Conselho de Administração	29%	26%	27%
Diretoria	59%	68%	60%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Nos 3 últimos exercícios sociais nenhum valor foi pago aos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria que não tenham sido a título de remuneração pela função que ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Em 2010 e 2011, a Mangels Indústria e Comércio Ltda., controlada da Companhia, reconheceu no resultado o valor abaixo mencionado a título de remuneração aos membros da Diretoria estatutária pela função que ocuparam. Em 2012 a remuneração foi paga diretamente pela Mangels Industrial S.A.

	2010	2011	2012
Conselho de Administração	-	-	-
Diretoria	4.403.030	3.530.830	2.390.661
Conselho Fiscal		-	-

13.16 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes já foram informadas no item anterior.

a. Número de empregados

	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Unidade Aços - Manaus/ SBC	465	410	633
Unidade Cilindros	854	1.141	1.097
Unidade Rodas	1.151	864	1.115
Sede SP	24	101	87
Unidade Galvanização	-	106	113
Total	2.494	2.622	3.045

Número de terceirizados

	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Unidade Aços - Manaus/ SBC	97	143	146
Unidade Cilindros	190	136	147
Unidade Rodas	111	198	344
Unidade Galvanização	-	19	19
Total	398	496	656

b. Índice de Rotatividade**Base: 31/12/2012**

31/12/2012 - Indicadores de RH - Turn Over Geral

Colaboradores	Sede SP	Unidade Rodas	Unidade Cilindros	Unidade Manaus	Unidade Aços SBC	Unidade Galvanização	Total
	90	985	1.057	34	391	101	2.658
Demissões	31	55	241	331	15	14	687
Turn Over Acumulado 2012	34,35%	14,07%	24,47%	31,32%	14,89%	41,58%	25,85%
Turn Over Acumulado 2011	27,71%	8,00%	14,27%	33,71%	21,41%	23,33%	21,14%

Base: 31/12/2011

31/12/2011 - Indicadores de RH - Turn Over Geral

Colaboradores	Sede SP	Unidade Rodas	Unidade Cilindros	Unidade Manaus	Unidade Aços SBC	Unidade Galvanização	Total
	97	1.051	1.130	26	588	107	2.999
Demissões	27	150	381	6	47	23	634
Turn Over Acumulado 2011	27,71%	8,00%	14,27%	33,71%	21,41%	23,33%	21,14%

14.1 - Descrição dos recursos humanos***c. Exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas***

A Empresa constitui provisões para os passivos e contingências trabalhistas conforme valores considerados pelos seus assessores legais como suficientes para cobrir perdas prováveis ou possíveis. Foram provisionados nos 3 últimos exercícios sociais aos seguintes valores:

- 31/12/2012 – R\$ 3.509.519,58
- 31/12/2011 – R\$ 1.251.610,24
- 31/12/2010 – R\$ 2.685.552,83

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Todas as informações relevantes já foram informadas no item anterior.

a. Política de salários e remuneração variável

POLÍTICA DE SALÁRIOS

1. OBJETIVO

Esta política de REMUNERAÇÃO estabelece critérios, responsabilidades e procedimentos referentes a ajustes nos salários, em razão de enquadramento, mérito e promoção, para colaboradores da Mangels.

2. PREMISSAS

A Mangels tem por filosofia remunerar adequadamente seus colaboradores, em todos os níveis. Para tanto, realiza pesquisas salariais periódicas para identificar a real posição salarial dos diversos cargos no mercado, e assim manter sua competitividade no mercado de trabalho e propiciar a satisfação de seus colaboradores.

Os cargos administrativos são acompanhados e utilizam a metodologia HAY. Para as unidades localizadas fora de São Paulo será aplicado um fator de deflação, estabelecido pela Mangels e Hay, visando à adequação dos salários de cada localidade à tabela Hay, que é de abrangência nacional. Os cargos operacionais utilizam pesquisas regionais, tendo em vista a menor mobilidade dos mesmos.

3. ABRANGÊNCIA

Esta política aplica-se a todos os colaboradores da Mangels, administrativos e operacionais, inclusive aqueles que ocupam cargos executivos.

4. DEFINIÇÕES

A base é o mercado: Todos os salários da Empresa são fixados e ajustados de acordo com o que o mercado pratica, sendo que todo colaborador deve estar no mínimo a 80% da faixa mínima do seu cargo, exceto nos casos dos colaboradores admitidos ou promovidos há menos de 2 anos. Não é recomendável salários acima de 110% da faixa do respectivo cargo.

- **Descrição de Cargo:** é o conjunto formado pela descrição das tarefas executadas pelo ocupante do cargo, bem como as suas responsabilidades e qualificações necessárias para o desempenho adequado de sua função;

O gestor é responsável em atualizar as descrições de cargo dos colaboradores de sua equipe de acordo com as funções desempenhadas e de preencher o formulário quando tratar-se de um novo cargo; O RH é responsável pela avaliação do cargo e definição do GS – Grupo Salarial.

- **Cargo:** é o conjunto de funções substancialmente idênticas quanto à natureza das tarefas executadas e às especificações exigidas dos ocupantes;

- **Função:** é o agregado de tarefas atribuídas a cada colaborador;

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

- **Avaliação do Cargo:** é a valorização da Descrição de Cargo com a conseqüente pontuação, obtida através do “Quadro Guia Hay” (cargos executivos & administrativos) e critério interno de pontuação para cargos operacionais;

É de responsabilidade do RH em conjunto com a Consultoria Hay Group pontuar o cargo conforme Quadro Guia Hay quando se tratar de cargos Executivos e Administrativos e através do Manual Interno de Pontuação para cargos Operacionais. A somatória dos pontos constitui o equilíbrio interno. Quanto maior o seu valor, maior sua importância na estrutura.

- **Quadro Guia Hay:** são tabelas que analisam e pontuam os três elementos necessários de um cargo: know-how, processo mental e responsabilidade por resultados;

- **Pontuação:** é valor numérico da avaliação do cargo e traduz o grau de complexidade e importância interna;

- **Classificação do Cargo:** é a distribuição por grupos ocupacionais, o posicionamento do cargo junto a outros que se assemelham quanto à natureza, importância e valorização. A classificação é definida conforme a pontuação alcançada na avaliação. O cargo é classificado em um dos 20 grupos que constituem a estrutura de cargos da MANGELS.

- **Grupo Salarial:** é o conjunto homogêneo de cargos, mesmo de natureza diferente, com pontuação semelhante e mesma faixa salarial;

- **Faixa Salarial:** é o parâmetro salarial para todos os cargos, limitada a valores mínimos (80%) e máximos (120%). Cada grupo corresponde a uma única faixa salarial e são atualizadas conforme pesquisa salarial Hay (para cargos administrativos e executivos) e nas datas de dissídios coletivos (cargos operacionais).

- **Pesquisa Salarial:** é realizada periodicamente por consultoria externa. Para cargos operacionais participam da pesquisa empresas concorrentes e/ou empresas da região (conforme definição do RH e Diretoria da Divisão). Para cargos administrativos e executivos as empresas fazem parte do mercado Global da Hay.

- **Remuneração:** é o processo que envolve todas as formas de pagamento ou de recompensas dadas aos colaboradores.

- **Remuneração básica (salário mensal):** é o ponto de partida da evolução salarial. Não corresponde necessariamente ao mínimo da faixa, tendo em vista o critério abaixo:

- 80% Início no cargo, baixo domínio da função;
- 90% Médio domínio da função;
- 100% Domínio total da função, atendendo plenamente os requisitos do cargo;
- > 100% Excede aos requisitos do cargo (prontos para promoção)

- **Remuneração Variável / Indireta:** é a recompensa extra, oferecida aos colaboradores, podendo estar vinculada a metas individuais ou coletivas da empresa. Ex: PLR, Bônus, Comissões, Benefícios, etc.

- **Aumento Salarial:** é um incremento salarial a qualquer título, alterando-se a base de cálculo, independente de mudanças no cargo;

O aumento salarial é decorrente de enquadramento, promoção ou mérito de um colaborador na respectiva faixa salarial.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

O aumento salarial não é compensado nos reajustes coletivos periódicos (acordo coletivo, dissídio, antecipação etc), devendo ser incorporado ao salário;

O aumento salarial por evolução não implica em alteração do título do cargo ou aquisição de benefícios adicionais.

Não é permitido o aumento salarial no mês de acordo coletivo, seja ele por motivo de enquadramento, promoção ou mérito.

5. DIRETRIZES

5.1. Aumento por Enquadramento:

É um incremento salarial, objetivando que seja atingido o inicial da faixa (80%) de seu grupo salarial correspondente. Este aumento é **limitado a 20%**, sendo concedidos a cada 4 meses, até que o colaborador esteja enquadrado no mínimo da faixa.

5.2. Aumento por Mérito:

É um incremento salarial, para que o mesmo **caminhe nas faixas de 80% à 100%** de seu grupo correspondente. Para que ocorra este aumento salarial é necessário que o ocupante apresente aprimoramentos em seus conhecimentos, habilidades e entrega de resultados, destacando-se dos demais ocupantes deste cargo.

O aumento por mérito deve obedecer a um intervalo mínimo de **6 meses**, nos casos em que o colaborador esteja entre 80% e 100% de sua faixa, e o percentual máximo de aumento é de **15%**.

Para os casos em que o colaborador esteja ente 100% e 120% de sua faixa, o aumento por mérito deve obedecer a um intervalo mínimo de **12 meses**, e o percentual máximo de aumento a ser concedido será de **10%**.

Embora as tabelas de salários cheguem até 120% da faixa, a recomendação é que cada gestor administre os salários de sua área, entre 80% e 100%, podendo chegar ao máximo em 110% em casos especiais.

5.3 Promoção:

É a alteração funcional de um colaborador, que implica na sua evolução, de um grupo salarial para outro superior. Ex: GS 6 para GS 7.

A promoção se efetivará a partir do 1º dia do mês, ou em casos especiais a partir do 1º dia do mês subsequente à decisão formal.

O Aumento decorrente da promoção poderá ser no máximo de **25%**. Após este primeiro aumento, nos casos em que o colaborador ainda permaneça abaixo dos 80% de sua faixa salarial, para que este patamar seja atingido deverá ser observada a regra de ENQUADRAMENTO, acima descrita.

Atingido o grau mínimo (80%) da nova faixa, o desenvolvimento salarial para as demais faixas será idêntico ao praticado pelo Aumento por Mérito.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

Caso o colaborador tenha recebido aumento por mérito ou enquadramento em período inferior a 6 meses, este poderá receber outro aumento no momento da promoção, desde que a soma dos dois não ultrapasse 25%.

Toda promoção depende fundamentalmente da existência de uma vaga ou de um processo de senioridade no cargo, visando o crescimento profissional, a valorização e o reconhecimento dos nossos colaboradores, sem qualquer preconceito quanto à raça, religião, sexo e etc.

Toda e qualquer promoção do grupo EXECUTIVO (diretor e gerente) deverá ter assinatura da área de RH Corporativo, do superior imediato, do Diretor ou Gerente Geral da Divisão ou Unidade e aprovação do Presidente.

Toda e qualquer promoção do grupo EXECUTIVO (supervisor) deverá ter assinatura do Gerente, Diretor ou Gerente Geral da Divisão ou Unidade, da área de RH local e aprovação do RH Corporativo.

Para os demais cargos, toda e qualquer promoção deverá ter assinatura do requisitante (superior imediato), do Supervisor e/ou Gerente, Diretor ou Gerente Geral da Divisão ou Unidade e aprovação da área de RH local.

5.4 Admissão

Todo colaborador deverá ser admitido respeitando o limite mínimo de 80% do grupo salarial. Caso haja outros colaboradores com salários inferiores, deverá ser considerado este salário como base para admissão, a fim de respeitar o equilíbrio interno.

Os colaboradores operacionais para as áreas produtivas, deverão preferencialmente ser admitidos com o cargo de Auxiliar de Produção no Grupo Salarial 1 com 85% da faixa salarial.

Após 06 meses este será avaliado pelo superior imediato e se considerado apto, deverá ficar a 90% da faixa salarial

Após 01 ano da admissão, se houver vaga disponível, será elegível a promoção para o cargo de acesso, ficando em 80% da faixa salarial, desde que atenda os requisitos mínimos do cargo, tenha avaliação de desempenho com média mínima de 2,8 e índice de absenteísmo dentro dos objetivos da Empresa.

Caso haja mais de um candidato apto para a promoção será respeitado o critério de pontuação nos requisitos acima.

Toda e qualquer admissão do grupo EXECUTIVO (diretor e gerente) deverá ter assinatura da área de RH Corporativo, do superior imediato, do Diretor ou Gerente Geral da Divisão ou Unidade e aprovação do Presidente.

Toda e qualquer admissão do grupo EXECUTIVO (supervisor) deverá ter assinatura do Gerente, Diretor ou Gerente Geral da Divisão ou Unidade, da área de RH local e aprovação do RH Corporativo.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

Para os demais cargos, toda e qualquer admissão deverá ter assinatura do requisitante (superior imediato), do Supervisor e/ou Gerente, Diretor ou Gerente Geral da Divisão ou Unidade e aprovação da área de RH local.

5.5 Transferência de Cargo:

Entende-se por transferência, a mudança de um colaborador de um cargo para outro, do mesmo grupo salarial;

Todo e qualquer processo de transferência deve ser previamente autorizado pelas Gerências envolvidas em conjunto com RH, antes de qualquer comunicação ao colaborador em questão;

Não há carência para a efetivação da transferência de cargo, podendo a mesma ocorrer a qualquer tempo, entendendo-se que a mesma só será efetivada a partir do 1º dia do mês, ou em casos especiais a partir do 1º dia do mês subsequente à decisão formal;

Não será permitida qualquer transferência de cargo que implique em rebaixamento de grupo salarial, mesmo que se mantenha a situação salarial anterior.

6. PROCEDIMENTO

6.1. Os salários nos casos de admissão ou promoção quando maior do que de um colaborador que seja mais antigo no cargo deverá ser aprovado pelo RH Corporativo juntamente com a Diretoria da Divisão.

6.2. É de extrema importância que todos os reajustes salariais (promoções, enquadramentos, méritos) estejam previstos no ORÇAMENTO ANUAL da empresa (estabelecendo um percentual sobre a folha de pagamento nominal de dezembro, destinada a atender todas estas possíveis alterações).

6.3. Todo e qualquer aumento de salário do grupo EXECUTIVO deverá ter as aprovações da área de RH Corporativo, do superior imediato, do Diretor ou Gerente Geral da Divisão ou Unidade e do Presidente.

6.4. Para os demais cargos, todo e qualquer aumento salarial deverá ter assinatura do requisitante (superior imediato) e as aprovações do Supervisor e/ou Gerente, Diretor ou Gerente Geral da Divisão ou Unidade e da área de RH local.

6.5. Para qualquer alteração funcional (promoção, transferência, etc), o gestor deverá preencher o formulário: ALTERAÇÃO DE CARGOS E SALÁRIOS.

O formulário deverá conter todos os campos devidamente preenchidos e assinaturas / aprovações. Toda promoção ou transferência de cargo deverá conter avaliação do Médico do Trabalho, dependendo da autorização do mesmo para sua efetivação;

Compete ao gestor, após confirmação do RH, informar o colaborador sobre a alteração.

7. EXCEÇÕES

Eventuais necessidades de práticas divergentes a esta política deverão ter a aprovação do RH Corporativo.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

8. VIGÊNCIA

A presente política vigorará por prazo indeterminado.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL

SISTEMA DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL

FINALIDADE

Formalizar um programa de compensação do desempenho dos executivos dentro do programa de participação nos resultados da empresa.

PARTICIPANTES DO PROGRAMA

Presidente, Diretor, Gerente Geral, Gerente, Supervisores, Coordenador e Especialistas.

DESENHO DO PROGRAMA

O programa é composto por três campos de análise:

- a. Metas Individuais
- b. Metas Financeiras Consolidadas
- c. Metas Financeiras do Negócio

	Presidente/ Diretoria/Ger. Geral	Gerência	Supervisão	Coordenação	Especialistas
Meta Financeira Consolidado	30%	25%	20%	10%	10%
Meta Financeira do Negócio	50%	40%	30%	30%	30%
Metas individuais	20%	35%	50%	60%	60%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

RESULTADO DAS METAS INDIVIDUAIS

O desempenho do participante será avaliado com base no resultado alcançado nas metas específicas do programa (mínimo de quatro metas e no máximo de cinco metas).

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

Conhecidos os resultados, o desempenho do participante será avaliado de maneira global e classificado na faixa de **(0%, não atingiu) ou (100%, atingiu a Meta Contratada)**, e estabelecido seu Índice de Meta segundo segue:

RESULTADO DO FINANCEIRO CONSOLIDADO

Na ocasião do encerramento do plano, serão apurados os resultados correspondentes a cada objetivo, e calculado o Índice Financeiro Consolidado (IFC) para cada participante.

A Meta Financeira Consolidada poderá variar entre 80% a 120%

RESULTADO FINANCEIRO DO NEGÓCIO

Na ocasião do encerramento do plano, serão apurados os resultados correspondentes a cada objetivo do Negócio, e calculado o Índice Financeiro do Negócio (IFN) para cada participante.

A Meta Financeira do Negócio poderá variar entre 80% a 120%

VALOR DO PRÊMIO (PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS)

O valor final do prêmio será a somatoria dos valores de **Metas Individuais + Metas Financeiras Consolidadas + Metas Financeiras do Negócio**

PAGAMENTO

O pagamento do valor do prêmio correspondente a este programa será realizado no dia 28 de Fevereiro do ano seguinte, deduzidas as antecipações do PLRE.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados***b. Benefícios***

Benefícios	Níveis					
	Oper.	Adm.	Coord.	Sup.	Ger.	Dir.
Assistência Odontológica						
Assistência Médica						
Alimentação						
Transporte						
Seguro de Vida						
Automóveis						
Bolsa de Estudos						
Previdência Privada						
Remuneração Variável						
PLR						
Check up						
Empréstimo Social						

Legenda: benefícios oferecidos

c. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores.

A empresa não adota esse tipo de remuneração aos empregados não administradores.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

A Empresa goza de um bom relacionamento com os Sindicatos. As negociações buscam o equilíbrio entre os interesses da Empresa e dos colaboradores.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Caixa Economica Federal						
00.360.305/0001-04	SP	Não	Não	31/07/2013		
	0	0,000000%	1.438.268	12,900000%	1.438.268	8,290000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
Mangels S.A.						
50.604.750/0001-40	Brasileira-SP	Não	Sim	28/05/2012		
	6.197.018	99,920000%	166	0,000000%	6.197.184	35,720000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
Outros						
		Não	Não	05/11/2013		
	4.712	0,080000%	6.907.774	61,970000%	6.912.486	39,840000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
Yukon Fundo de Investimento de Ações						
07.205.872/0001-35	Brasileira-SP	Não	Não	04/12/2013		
	0	0,000000%	1.601.700	14,370000%	1.601.700	9,230000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
José Antonio Bortoluzzo Neto						
	Brasileira-SP	Não	Não			
	0	0,000000%	1.200.000	10,760000%	1.200.000	6,920000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
OUTROS						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL						
	6.201.730	100,000000%	11.147.908	100,000000%	17.349.638	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Mangels S.A.				50.604.750/0001-40		
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
Robert Max Mangels						
939.718.508-04	Brasileira-SP	Não	Não			
0	0,000000	1.000	0,014000	1.000	0,008000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
Tecnopar S.A						
53.854.394/0001-01	Brasileira-SP	Não	Sim	31/03/2011		
5.133.792	100,000000	7.093.000	99,986000	12.226.792	99,992000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
TOTAL	5.133.792	100,000000	7.094.000	100,000000	12.227.792	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Tecnopar S.A				53.854.394/0001-01	
Anita Mangels					
		Não	Não		
117.002.592	20,682000	0	0,000000	117.002.592	20,682000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Daniel A Chinellato					
		Não	Não		
12.728.853	2,250000	0	0,000000	12.728.853	2,250000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Raphael A Chinellato					
		Não	Não		
12.728.853	2,250000	0	0,000000	12.728.853	2,250000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Shorewood S.A					
05.629.235/0001-60	Brasileira-SP	Não	Sim	31/03/2011	
397.808.796	70,318000	0	0,000000	397.808.796	70,318000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Tecnopar S.A				53.854.394/0001-01		
Shorewood S.A						
05.629.235/0001-60	Brasileira-SP	Não	Sim	31/03/2011		
397.808.796	70,318000	0	0,000000	397.808.796	70,318000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Sílvia Regina A Chinellato						
		Não	Não			
25.457.706	4,500000	0	0,000000	25.457.706	4,500000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
TOTAL	565.726.800	100,000000	0	0,000000	565.726.800	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Shorewood S.A				05.629.235/0001-60	
Mark Ross Mangels					
939.718.428-87	Brasileira-SP	Não	Não		
2.727.955	33,333000	0	0,000000	2.727.955	33,333000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Robert Max Mangels					
939.718.508-04	Brasileira-SP	Não	Não		
2.727.955	33,334000	0	0,000000	2.727.955	33,334000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Susan Jane Mangels Cox					
011.652.288-74	Brasileira-SP	Não	Não		
2.727.955	33,333000	0	0,000000	2.727.955	33,333000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL	8.183.865	100,000000	0	0,000000	8.183.865
					100,000000

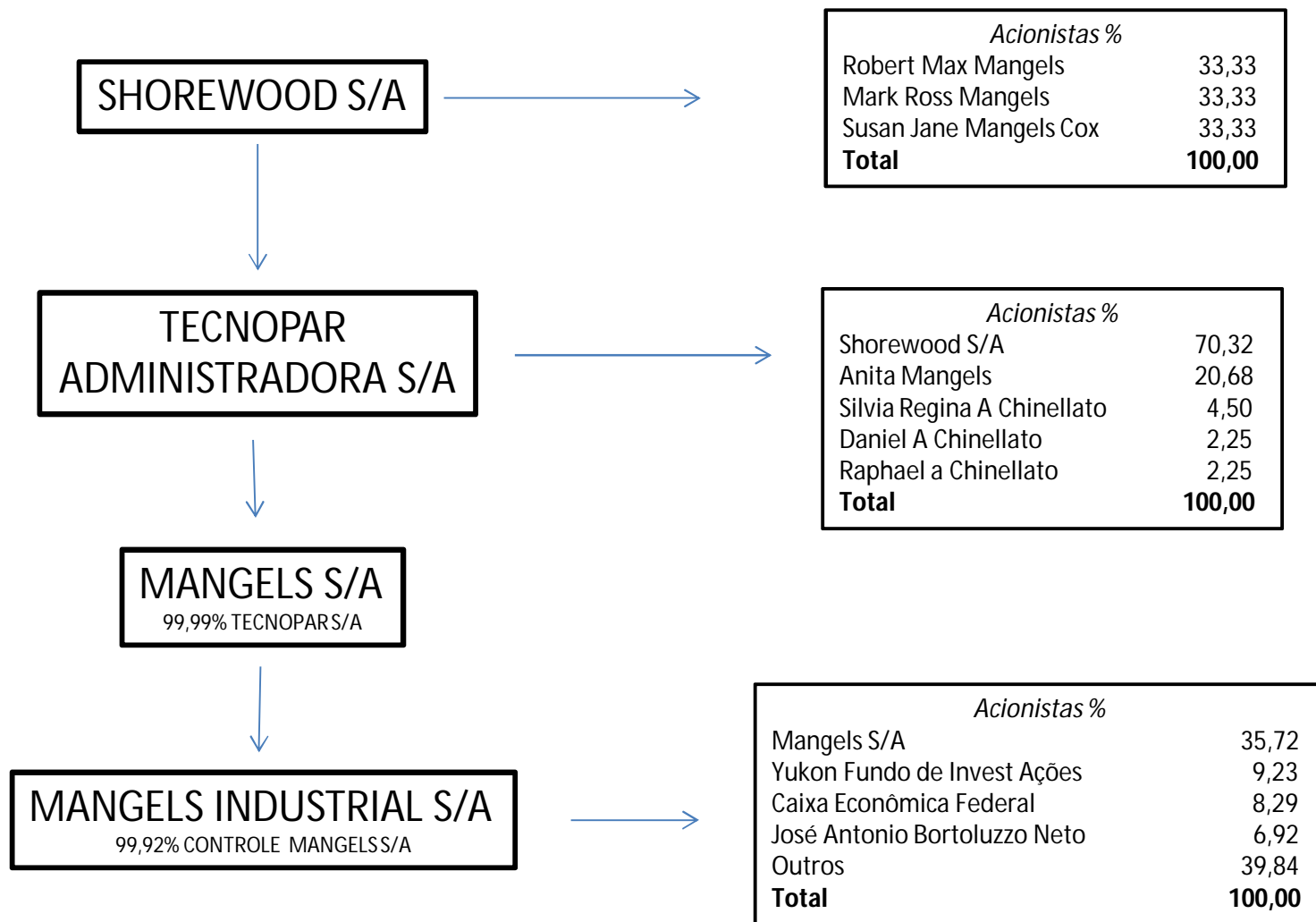
15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/04/2013
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	1.161
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	55
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	23

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	4.706	0,080000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	11.141.290	99,940000%
Total	11.145.996	64,240000%



15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Encerrou-se em 28/12/2012 a vigência do Acordo de Acionistas entre a Companhia e o BNDES Participações S.A. – BNDESPAR. Não há outros Acordos de Acionistas do qual a Companhia ou o controlador sejam partes.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Nos 3 últimos exercícios sociais não há alteração relevante nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Empresa.

15.7 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes já foram divulgadas nos itens anteriores.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas e a Empresa são sempre realizadas com a observância dos preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício ou prejuízo à Empresa ou a quaisquer outras partes. Além disso, as operações realizadas pela Empresa, inclusive aquelas contratadas com partes relacionadas, são sempre amparadas pelas devidas análises prévias de suas condições e do estrito interesse da Empresa em sua realização.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Empresa.

Sobre saldos de mútuo, resultante da política centralizada de caixa da Empresa, incidem encargos de mercado. Estes contratos não apresentam prazo de vencimento.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Laminação Baukus Ltda.	31/12/2010	0,00	7204,11 a receber	Não é possível aferir.	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Direta						
Objeto contrato	Abertura de linha de crédito recíproca destinada ao desenvolvimento das atividades.						
Garantia e seguros	Não ha cláusula e garantia de seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	É facultado as partes rescindir o contrato a qualquer tempo.						
Natureza e razão para a operação	Todas as informações relevantes foram mencionadas acima.						
E. Koga & Cia.Ltda.	31/12/2012	0,00	3926,99 a receber	Não é possível aferir.	Prazo Indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Direta						
Objeto contrato	Abertura de linhe de crédito recíproca destinada ao desenvolvimento das atividades.						
Garantia e seguros	Não há cláusula e garantia de seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	É facultado as partes rescindir o contrato a qualquer tempo.						
Natureza e razão para a operação	Todas as informações relevantes foram mencionadas acima.						
Mangels S/A	31/12/2012	0,00	1.022,99 a pagar	Não é possível aferir.	Prazo indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controladora Direta						
Objeto contrato	Abertura de linha de crédito recíproca destinada ao desenvolvimento das atividades.						
Garantia e seguros	Não há cláusula e garantia de seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	É facultado as partes rescindir o contrato a qualquer tempo.						
Natureza e razão para a operação	Todas as informações relevantes foram mencionadas acima.						
Mangels Componentes da Amazonia	31/12/2011	0,00	554.900,34 a pagar	Não é possível aferir.	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Direta						
Objeto contrato	Abertura de linha de crédito recíproca destinada ao desenvolvimento das atividades.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não ha cláusula e garantia de seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	É facultado as partes rescindir o contrato a qualquer tempo.						
Natureza e razão para a operação	Todas as informações relevantes foram mencionadas acima.						
Tecnopar S/A	31/12/2011	0,00	22.675,41 a pagar	Não é possível aferir.	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controladora Indireta						
Objeto contrato	Abertura de linha de crédito recíproca destinada ao desenvolvimento das atividades.						
Garantia e seguros	Não ha cláusula e garantia de seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	É facultado as partes rescindir o contrato a qualquer tempo.						
Natureza e razão para a operação	Todas as informações relevantes foram mencionadas acima.						
Mangels Ind. e Com. Ltda.	31/12/2010	0,00	279.959,22 a receber	Não é possível aferir.	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Direta						
Objeto contrato	Abertura de linha de crédito recíproca destinada ao desenvolvimento das atividades.						
Garantia e seguros	Não ha cláusula e garantia de seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	É facultado as partes rescindir o contrato a qualquer tempo.						
Natureza e razão para a operação	Todas as informações relevantes foram mencionadas acima.						

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

As transações com partes relacionadas observam as disposições legais, em especial o artigo 245 da Lei 6404/76, que estabelece: “os administradores não podem, em prejuízo da Empresa, favorecer sociedade coligada, controladora ou controlada, cumprindo-lhes zelar para que as operações entre as sociedades, se houver, observem condições estritamente comutativas, ou com pagamento compensatório adequado; e respondem perante a Empresa pelas perdas e danos resultantes de atos praticados com infração ao disposto neste artigo”.

Os contratos estabelecem a incidência de juros sobre o saldo devedor, calculados pela variação dos Certificados de Depósito Bancário – CDI.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Integralizado				
30/04/2010	171.272.996,17		6.201.730	11.147.908	17.349.638

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
30/04/2010	Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	01/01/0001	81.913.853,83	Subscrição particular	6.201.730	11.147.908	17.349.638	91,67000000	14,50	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão Não aplicável, pois a empresa não emitiu novas ações.

Forma de integralização Com saldo de reserva estatutária de lucros.

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nao se aplica a empresa.

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nao se aplica a empresa.

17.5 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes já foram divulgadas nos itens anteriores.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	Nos termos do Estatuto Social da Empresa as ações ordinárias terão direito a dividendos. Os acionistas tem direito, em cada exercício, a dividendos de 25%, no mínimo, do lucro líquido ajustado na forma da lei.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações ordinárias tem o direito de reembolso de capital, respeitando que as ações preferenciais terão prioridade.
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os acionistas tem direito, em cada exercício, a dividendos de 25%, no mínimo, do lucro líquido ajustado na forma da lei.
Outras características relevantes	Não há outras características relevantes não descritas nos tópicos anteriores
<hr/>	
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	Nos termos do Estatuto Social da Empresa, as ações preferenciais terão direito a dividendos, observando-se que as preferenciais terão as seguintes vantagens: a) prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia; b) direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária; c) participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de ações bonificadas resultantes da capitalização de reservas, lucros, fundos ou correção monetária de qualquer natureza. Os acionistas tem direito, em cada exercício, a dividendos de 25%, no mínimo, do lucro líquido ajustado na forma da lei.
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações preferenciais terão prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Empresa.
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os acionistas tem direito, em cada exercício, a dividendos de 25%, no mínimo, do lucro líquido ajustado na forma da lei.
Outras características relevantes	Não há outras características relevantes não descritas nos tópicos anteriores
<hr/>	

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

O Estatuto Social da Empresa não limita o direito de voto de acionistas ou os obriga a realizar oferta pública.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

O Estatuto Social da Empresa não prevê exceções ou cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**Exercício social 31/12/2012**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2012	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.754	5,89	4,70	R\$ por Unidade
30/06/2012	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.141	4,75	3,35	R\$ por Unidade
30/09/2012	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	730	3,98	3,12	R\$ por Unidade
31/12/2012	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	596	3,49	2,65	R\$ por Unidade

Exercício social 31/12/2011

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2011	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	19.720	11,00	8,90	R\$ por Unidade
30/06/2011	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.412	9,24	8,60	R\$ por Unidade
30/09/2011	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.769	6,00	5,85	R\$ por Unidade
31/12/2011	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.364	6,15	4,64	R\$ por Unidade

Exercício social 31/12/2010

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2010	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	6.358	14,40	10,18	R\$ por Unidade
30/06/2010	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	6.179	10,95	6,99	R\$ por Unidade
30/09/2010	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	21.438	9,86	6,80	R\$ por Unidade
31/12/2010	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	32.532	12,20	9,70	R\$ por Unidade

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	3ª emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária
Data de emissão	18/05/2010
Data de vencimento	18/05/2015
Quantidade (Unidades)	70
Valor total (Reais)	70.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Debêntures em circulação: todas as debêntures subscritas, excuídas i) aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; e (ii) exclusivamente para fins de Assembléia Geral de Debenturistas, as de titularidade de (a) empresas controladas, direta ou indiretamente, pela Emissora;(b) acionistas controladores da Emissora; e (c) administradores dea Emissora, incluindo cônjuges e parentes até 2º grau, as quais serão consideradas debêntures em mercado.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Ficará admitido à Companhia resgatar a qualquer tempo, parte ou a totalidade das Debêntures em circulação mediante publicação de aviso ou notificação com 10 (dez) dias de antecedência aos debenturistas, com cópia ao agente fiduciário. Sobre o valor a ser resgatado, equivalente ao Valor Nominal Unitário ou o saldo do valor nominal unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração incidente pro rata temporis desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, bem como dos demais encargos devidos e não pagos até a data do resgate, será devido um prêmio de resgate de 1,00% (um por cento).
Características dos valores mobiliários	i. Vencimento: 18/05/2015. ii. Juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 118% da variação acumulada da taxa DI, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, pro rata emporis por dias úteis decorridos, incidentes sobre o valor nominal unitário desde a data de emissão até a respectiva data de vencimento. A remuneração será paga pela Companhia semestralmente, nos dias 18 de novembro e 18 de maio de cada ano ou no primeiro dia útil subsequente caso o mesmo não seja dia útil. iii. as Debêntures contarão com a garantia da cessão sob condição suspensiva de direitos creditórios da Mangels Ind.e Com. Ltda., até o limite de 55% do saldo devedor das Debêntures. iv. quirografária. vi. Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não se aplica.

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Outras características relevantes

O valor nominal unitário das debêntures na data da emissão será amortizado em 9 (nove) parcelas semestrais e consecutivas a partir de 18 de maio de 2011, da seguinte forma: (a) 11,1111% (onze inteiros e mil cento e onze milionésimos por cento) devidos em 18 de maio de 2011; (b) 11,1111% (onze inteiros e mil cento e onze milionésimos por cento) devidos em 18 de novembro de 2011; (c) 11,1111% (onze inteiros e mil cento e onze milionésimos por cento) devidos em 18 de maio de 2012; (d) 11,1111% (onze inteiros e mil cento e onze milionésimos por cento) devidos em 18 de novembro de 2012; (e) 11,1111% (onze inteiros e mil cento e onze milionésimos por cento) devidos em 18 de maio de 2013; (f) 11,1111% (onze inteiros e mil cento e onze milionésimos por cento) devidos em 18 de novembro de 2013; (g) 11,1111% (onze inteiros e mil cento e onze milionésimos por cento) devidos em 18 de maio de 2014; (h) 11,1111% (onze inteiros e mil cento e onze milionésimos por cento) devidos em 18 de novembro de 2014; e (i) 11,1112% (onze inteiros e mil cento e doze milionésimos por cento) devidos em 18 de maio de 2015 ; (xi) Aquisição Facultativa: As Debêntures em circulação poderão ser adquiridas pela Companhia, a qualquer tempo, por preço não superior ao de seu valor nominal unitário acrescido da Remuneração, observado o disposto no artigo 55, §2º, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas, (ii) permanecer em tesouraria; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação;

Em 28/05/2012 a Companhia efetuou o resgate integral do saldo devedor das debêntures (03ª emissão), conforme Fato Relevante divulgado em 18/05/2012.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

Os valores mobiliários da Empresa são negociados na BM&F BOVESPA, sendo suas ações ordinárias negociadas sob o código "MGEL3" e suas ações preferenciais negociadas sob o código "MGEL4".

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Os valores mobiliários da Empresa não são admitidos à negociação em mercado estrangeiro.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Nos últimos 3 exercícios sociais não foram efetuadas ofertas públicas de distribuição relativas a valores mobiliários da Empresa.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Nos últimos três exercícios sociais não houve ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiro.

18.10 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes já foram divulgadas nos itens anteriores.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nao se aplica a empresa.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nao se aplica a empresa.

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nao se aplica a empresa.

19.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação**14/06/2002****Cargo e/ou função**

Diretor Presidente, Diretor de Finanças e Administração, Diretor de Relações com Investidores, Diretores, membros do Conselho de Administração e membros do Conselho Fiscal

Principais características

1. A companhia poderá, por deliberação do conselho de administração, aprovar a política de negociação das ações de sua emissão por ela própria, pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária. 1.1. A política de negociação referida no item 1 não poderá ser aprovada ou alterada na pendência de ato ou fato relevante ainda não divulgado, e deverá contar com a adesão expressa das pessoas mencionadas no item 1 que queiram dela se beneficiar, as quais deverão observá-la estritamente.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

1. Antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido nos negócios da companhia, é vedada a negociação com valores mobiliários de sua emissão, ou a eles referenciados, pela própria companhia aberta, pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ou por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na companhia aberta, sua controladora, suas controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante.

1.1. A mesma vedação aplica-se a quem quer que tenha conhecimento de informação referente a ato ou fato relevante, sabendo que se trata de informação ainda não divulgada ao mercado, em especial àqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com companhia, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição aos quais compete verificar a respeito da divulgação da informação antes de negociar com valores mobiliários de emissão da companhia ou a eles referenciados.

1.2. Sem prejuízo do disposto no item anterior, a vedação do item 1 se aplica também aos administradores que se afastem da administração da companhia antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão, e se estenderá pelo prazo de seis meses após o seu afastamento.

1.3. A vedação do item 1 também prevalecerá :

a. se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária, e b. em relação aos acionistas controladores diretos ou indiretos, diretores e membros do conselho de administração, sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de emissão da companhia pela própria companhia, suas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim.

1.4. Também é vedada a negociação pelas pessoas mencionadas no item 1 no período de 15 (quinze) dias anterior à divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP e FR) da companhia.

1.5. As vedações previstas nos itens 1, 1.1, 1.2 e 1.3, letra "a" deixarão de vigorar tão logo a companhia divulgue o fato relevante ao mercado, salvo se a negociação com as ações puder interferir nas condições dos referidos negócios, em prejuízo dos acionistas da companhia ou dela própria.

1.6. A vedação prevista no item 1 não se aplica à aquisição de ações que se encontrem em tesouraria, através de negociação privada, decorrente do exercício de opção de compra de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações aprovado em assembleia geral. 2. Caso tenha sido celebrado qualquer acordo ou contrato visando à transferência do controle acionário respectivo, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim, bem como se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária, e enquanto a operação não for tornada pública através da publicação de fato relevante, o conselho de administração da companhia não poderá deliberar a aquisição ou a alienação de ações de própria emissão.

20.2 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes já foram mencionadas nos itens anteriores.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

A Companhia possui Política de divulgação e uso de informações sobre atos ou fatos relevantes, da qual destacamos as seguintes normas:

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO EM OFERTAS PÚBLICAS

1. Imediatamente após deliberar realizar oferta pública que dependa de registro na CVM, o ofertante deverá divulgar a quantidade de valores mobiliários a serem adquiridos ou alienados, o preço, as condições de pagamento e demais condições a que estiver sujeita a oferta, nos termos do item 1 do Tópico II da Política de Divulgação.

1.1. O disposto no item 1 não se aplica ao procedimento de análise preliminar confidencial para pedidos de registro de distribuição pública de valores mobiliários, nos termos da regulamentação em vigor.

1.2. Caso a realização da oferta pública esteja sujeita ao implemento de condições, fica o ofertante obrigado a divulgar aviso de fato relevante, sempre que tais condições se verificarem, esclarecendo se mantém a oferta, e em que condições, ou se ela perderá sua eficácia.

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO NA ALIENAÇÃO DE CONTROLE

1. O adquirente do controle acionário de companhia aberta deverá divulgar fato relevante e realizar as comunicações de que trata o item 1 do tópico II, da Política de Divulgação, na forma ali prevista.

1.1. A comunicação e a divulgação referidas no item 1 deverão contemplar, no mínimo, as seguintes informações:

I - nome e qualificação do adquirente, bem como um breve resumo acerca dos setores de atuação e atividades por ele desenvolvidas;

II - nome e qualificação do alienante, inclusive indireto, se houver;

III - preço, total e o atribuído por ação de cada espécie e classe, forma de pagamento e demais características e condições relevantes do negócio;

IV - objetivo da aquisição, indicando, no caso do adquirente ser companhia aberta, os efeitos esperados em seus negócios;

V - número e percentual de ações adquiridas, por espécie e classe, em relação ao capital votante e total;

VI - indicação de qualquer acordo ou contrato regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de emissão da companhia;

VII - declaração quanto à intenção de promover, ou não, no prazo de um ano, o cancelamento do registro da companhia aberta; e

VIII - outras informações relevantes referentes a planos futuros na condução dos negócios sociais, notadamente no que se refere a eventos societários específicos que se pretenda promover na companhia, em especial reestruturação societária envolvendo fusão, cisão ou incorporação.

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE NEGOCIAÇÕES DE ADMINISTRADORES E PESSOAS LIGADAS

1. Os diretores, os membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ficam obrigados a comunicar à companhia, através do Diretor de Relações com Investidores, e este à CVM, e, se for o caso, à bolsa de valores e entidade do mercado de balcão organizado nas quais os valores mobiliários de emissão da companhia estejam admitidos à negociação, a quantidade, as características e a forma de aquisição dos valores mobiliários de sua emissão e de sociedades controladas ou controladoras, que sejam companhias abertas, ou a eles referenciados, de que sejam titulares, bem como as alterações em suas posições (modelos de comunicação – Anexos II e III) da Política de Divulgação.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

1.1. A comunicação deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- I - nome e qualificação do comunicante, indicando o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas;
- II - quantidade, por espécie e classe, no caso de ações, e demais características no caso de outros valores mobiliários, além da identificação da companhia emissora; e
- III - forma, preço e data das transações.

1.2. Os diretores, os membros do conselho de administração, os membros do conselho fiscal e os de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, deverão efetuar a comunicação de que trata o item 1 imediatamente após a investidura no cargo ou quando da apresentação da documentação para o registro da companhia como aberta, e no prazo máximo de 10 (dez) dias após o término do mês em que se verificar alteração das posições por eles detidas, indicando o saldo da posição no período.

1.3. As pessoas naturais indicarão, ainda, os valores mobiliários que sejam de propriedade de cônjuge do qual não estejam separados judicialmente, de companheiro(a), de qualquer dependente incluído em sua declaração anual de imposto sobre a renda, e de sociedades controladas direta ou indiretamente.

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE A AQUISIÇÃO E ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA RELEVANTE, E SOBRE NEGOCIAÇÕES DE CONTROLADORES E ACIONISTAS

1. Os acionistas controladores, diretos ou indiretos, e os acionistas que elegerem membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, bem como qualquer pessoa natural ou jurídica ou grupo de pessoas, agindo em conjunto ou representando um mesmo interesse, que atingir participação, direta ou indireta, que corresponda a 5% (cinco por cento) ou mais de espécie ou classe de ações representativas do capital de companhia aberta, deve enviar à CVM e, se for o caso, à bolsa de valores e entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação, assim como divulgar, nos termos do item 1 do tópico II, da Política de Divulgação, declaração contendo as seguintes informações:

- I - nome e qualificação do adquirente, indicando o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas;
- II - objetivo da participação e quantidade visada;
- III - número de ações, bônus de subscrição, bem como de direitos de subscrição de ações e de opções de compra de ações, por espécie e classe, já detidos, direta ou indiretamente, pelo adquirente ou pessoa a ele ligada;
- IV - número de debêntures conversíveis em ações, já detidas, direta ou indiretamente, pelo adquirente ou pessoa a ele ligada, explicitando a quantidade de ações objeto da possível conversão, por espécie e classe; e
- V - indicação de qualquer acordo ou contrato regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de emissão da companhia.

1.1. Está igualmente obrigada à divulgação das mesmas informações a pessoa ou grupo de pessoas representando um mesmo interesse, titular de participação acionária igual ou superior ao percentual referido no item 1 deste tópico, a cada vez que a referida participação se eleve em 5% (cinco por cento) da espécie ou classe de ações representativas do capital social da companhia.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

1.2. As obrigações previstas nos itens 1 e 1.1 se estendem também à aquisição de quaisquer direitos sobre as ações e demais valores mobiliários ali mencionados.

1.3. A comunicação à CVM, e, se for o caso, à bolsa de valores e entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação, será feita imediatamente após ser alcançada a participação referida no item 1 deste tópico.

1.4. As pessoas mencionadas no item 1 deste tópico também deverão informar a alienação ou a extinção de ações e demais valores mobiliários mencionados neste tópico, ou de direitos sobre eles, a cada vez que tal alienação ou extinção atingir o percentual referido no item 1.

1.5. A CVM poderá autorizar a dispensa da divulgação pela imprensa, em face do grau de dispersão das ações da companhia no mercado, e da declaração do adquirente de que suas compras não objetivam alterar a composição do controle ou a estrutura administrativa da sociedade, desde que assegurada a efetiva publicidade por meio de divulgação julgado satisfatório pela CVM.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A divulgação de ato ou fato relevante tem por objetivo assegurar aos investidores a disponibilidade, em tempo hábil, de forma eficiente e razoável, das informações necessárias para as suas decisões de investimento. Dessa forma, impede-se o uso indevido de informações privilegiadas no mercado de valores mobiliários pelas pessoas que a elas tenham acesso, em proveito próprio ou de terceiros, em detrimento dos investidores em geral, do mercado e da própria companhia.

A Instrução CVM 358/02 criou uma sistemática de responsabilidade pelo uso, comunicação e divulgação de ato ou fato relevante de companhias abertas. Determinou que é de competência do Conselho de Administração a adoção de política de divulgação de ato ou fato relevante, contemplando procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas. Atribuiu ao Diretor de Relações com Investidores a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de ato ou fato relevante.

DEFINIÇÃO DE ATO OU FATO RELEVANTE

1. Considera-se relevante qualquer decisão de acionista controlador, deliberação da Assembléia Geral, do Conselho de Administração, da Diretoria, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos seus negócios que possa influir de modo ponderável:

I - na cotação dos valores mobiliários de emissão da companhia ou a eles referenciados;

II - na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter aqueles valores mobiliários;

III - na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de valores mobiliários emitidos pela companhia ou a eles referenciados.

2. Observada a definição no item 1, são exemplos de ato ou fato potencialmente relevante, dentre outros, os seguintes:

I - assinatura de acordo ou contrato de transferência do controle acionário da companhia, ainda que sob condição suspensiva ou resolutiva;

II - mudança no controle da companhia, inclusive através de celebração, alteração ou rescisão de acordo de acionistas;

III - celebração, alteração ou rescisão de acordo de acionistas em que a companhia seja parte ou interveniente, ou que tenha sido averbado no livro próprio da companhia;

IV - ingresso ou saída de sócio que mantenha, com a companhia, contrato ou colaboração operacional, financeira, tecnológica ou administrativa;

V - autorização para negociação dos valores mobiliários de emissão da companhia em qualquer mercado, nacional ou estrangeiro;

VI - decisão de promover o cancelamento de registro da companhia aberta;

VII - incorporação, fusão ou cisão envolvendo a companhia ou empresas ligadas;

VIII - transformação ou dissolução da companhia;

IX - mudança na composição do patrimônio da companhia;

X - mudança de critérios contábeis;

XI - renegociação de dívidas;

XII - aprovação de plano de outorga de opção de compra de ações;

XIII - alteração nos direitos e vantagens dos valores mobiliários emitidos pela companhia;

XIV - desdobramento ou grupamento de ações ou atribuição de bonificação;

XV - aquisição de ações da companhia para permanência em tesouraria ou cancelamento, e alienação de ações assim adquiridas;

XVI - lucro ou prejuízo da companhia e a atribuição de proventos em dinheiro;

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

XVII - celebração ou extinção de contrato, ou o insucesso na sua realização, quando a expectativa de concretização for de conhecimento público;

XVIII - aprovação, alteração ou desistência de projeto ou atraso em sua implantação;

XIX - início, retomada ou paralisação da fabricação ou comercialização de produto ou da prestação de serviço;

XX - descoberta, mudança ou desenvolvimento de tecnologia ou de recursos da companhia;

XXI - modificação de projeções divulgadas pela companhia;

XXII - requerimento ou confissão de falência ou propositura de ação judicial que possa vir a afetar a situação econômico-financeira da companhia.

DEVERES E RESPONSABILIDADES NA DIVULGAÇÃO DE ATO OU FATO RELEVANTE

1. Cumpre ao Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar à CVM e, se for o caso, à bolsa de valores e entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos seus negócios, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente em todos os mercados em que tais valores mobiliários sejam admitidos à negociação.

2. Os acionistas controladores, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, deverão comunicar qualquer ato ou fato relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores, que promoverá sua divulgação.

2.1. Se o Diretor de Relações com Investidores entender que o fato não precisa ser divulgado, e, após expor suas razões, não convencer a pessoa que reportou o fato e solicitou sua divulgação poderá:

I – para evitar dúvidas ou questionamentos, e desde que não exista motivo significativo que suporte atitude contrária, divulgar o fato;

II – se entender que existe motivo significativo para não divulgar o fato, poderá consultar previamente o Diretor Presidente ou o Diretor Vice-Presidente Executivo e eventualmente solicitar parecer de advogados, sendo certo contudo que a decisão final caberá ao Diretor de Relações com Investidores por ser ele o responsável indicado na Instrução CVM 358/02;

III – se decidido que o fato não será divulgado, a pessoa que inicialmente reportou o fato terá o direito de, entendendo ser injustificada a decisão de não divulgação, comunicar o fato à CVM de modo a eximir-se de responsabilidade.

2.2. Se o Diretor de Relações com Investidores entender que é necessário solicitar exceção à CVM por conta de risco à companhia em caso de divulgação, poderá consultar previamente o Diretor Presidente ou o Diretor Vice-Presidente Executivo e eventualmente solicitar parecer de advogados, cabendo, contudo sempre ao Diretor de Relações com Investidores decidir se deve ou não ser solicitado regime de exceção à CVM. Se, entretanto, a pessoa que reportou o fato entender que não é caso de regime de exceção poderá proceder conforme disposto no item 2 do tópico III da Política de Divulgação.

3. O Diretor de Relações com Investidores deverá divulgar simultaneamente ao mercado ato ou fato relevante a ser veiculado por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no país ou no exterior.

3.1. A divulgação deverá se dar através de publicação nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela companhia, podendo ser feita de forma resumida com indicação dos endereços na rede mundial de computadores - Internet, onde a informação completa deverá estar disponível a todos os investidores, em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM e, se for o caso, à bolsa de valores e entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação.

3.2. A divulgação e a comunicação de ato ou fato relevante, inclusive da informação resumida referida no item anterior, devem ser feitas de modo claro e preciso, em linguagem acessível ao público investidor.

4. Caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários de emissão da companhia aberta ou a eles referenciado, o Diretor de Relações com Investidores deverá inquirir as pessoas com acesso a atos ou fatos relevantes, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento de informações que devam ser divulgadas ao mercado.

5. A divulgação de ato ou fato relevante deverá ocorrer, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios nas bolsas de valores e entidades do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação.

5.1. Caso os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação simultânea em mercados de diferentes países, a divulgação do ato ou fato relevante deverá ser feita, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios em ambos os países, prevalecendo, no caso de incompatibilidade, o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

5.2. Caso seja imperativo que a divulgação de ato ou fato relevante ocorra durante o horário de negociação, o Diretor de Relações com Investidores poderá, ao comunicar o ato ou fato relevante, solicitar, sempre simultaneamente às bolsas de valores e entidades do mercado de balcão organizado, nacionais e estrangeiras, em que os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação, a suspensão da negociação dos valores mobiliários de emissão da companhia, ou a eles referenciados, pelo tempo necessário à adequada disseminação da informação relevante.

5.3. A suspensão de negociação a que se refere o item anterior não será levada a efeito no Brasil enquanto estiver em funcionamento bolsa de valores ou entidade de mercado de balcão organizado de outro país em que os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação, e em tal bolsa de valores ou entidade de mercado de balcão organizado os negócios com aqueles valores mobiliários não estiverem suspensos.

6. Cumpre aos acionistas controladores, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, e empregados da companhia, guardar sigilo das informações relativas a ato ou fato relevante às quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupam, até sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

6.1. Somente é permitido mencionar o ato ou fato relevante quando estritamente necessário no curso dos negócios da companhia. Neste caso, as pessoas para as quais são transmitidas a informação devem ser imediatamente avisadas do sigilo envolvido.

6.2. Aquele que transmitir informações relevantes ainda não divulgadas em função de necessidade no curso dos negócios da companhia poderá, além de avisar sobre o sigilo envolvido, solicitar que os destinatários da informação assinem declaração por escrito nesse sentido.

7. É vedada a utilização de informação relevante ainda não divulgada, por qualquer pessoa que a ela tenha tido acesso, com a finalidade de auferir vantagem, para si ou para outrem, no mercado de valores mobiliários.

8. A companhia deverá comunicar formalmente os termos da Política aos acionistas controladores e às pessoas que ocupem ou venham a ocupar as funções referidas no item 2 delas obtendo a respectiva adesão formal, em instrumento que deverá ser arquivado na sede da companhia enquanto a pessoa com ela mantiver vínculo, e por cinco anos, no mínimo, após o seu desligamento.

8.1. A companhia deverá manter em sua sede, à disposição da CVM, a relação de pessoas mencionadas no item 2 e respectivas qualificações, indicando cargo ou função, endereço e número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, atualizando-a imediatamente sempre que houver modificação.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O Diretor de Relações com Investidores da Empresa possui a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de ato ou fato relevante envolvendo a Empresa. Compete, ainda, ao Diretor de Relações com Investidores zelar pela execução e acompanhamento da Política de Divulgação e Uso de Informações.

21.4 - Outras informações relevantes

Todas as Informações relevantes já foram mencionadas nos itens anteriores.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Empresa.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Empresa.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não houve contratos relevantes celebrados pela Empresa e suas controladas, não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

22.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes já foram divulgadas nos itens anteriores.